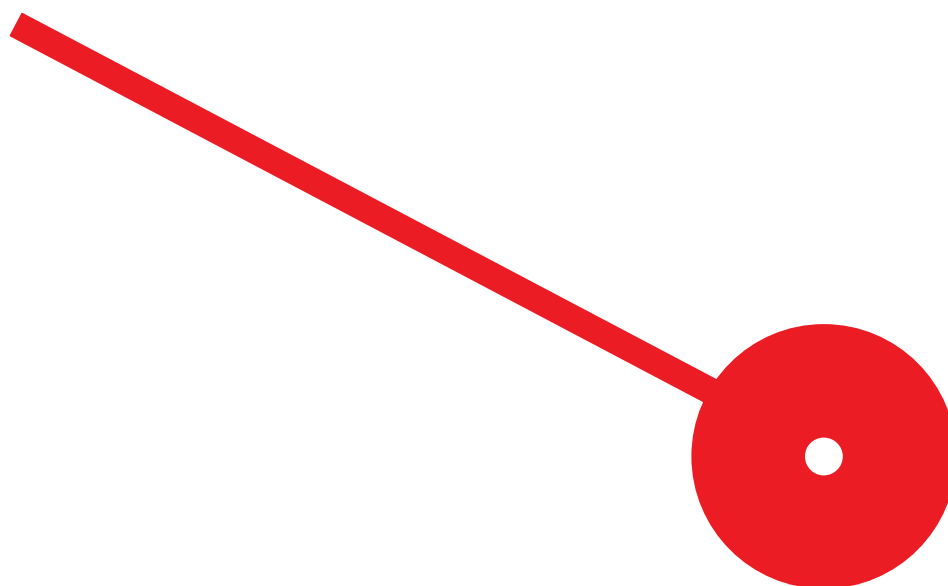


M MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

Extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental nas empresas portuguesas e brasileiras: evolução e fatores determinantes

Diana Filipa Barbosa Silva

10/2022



M MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

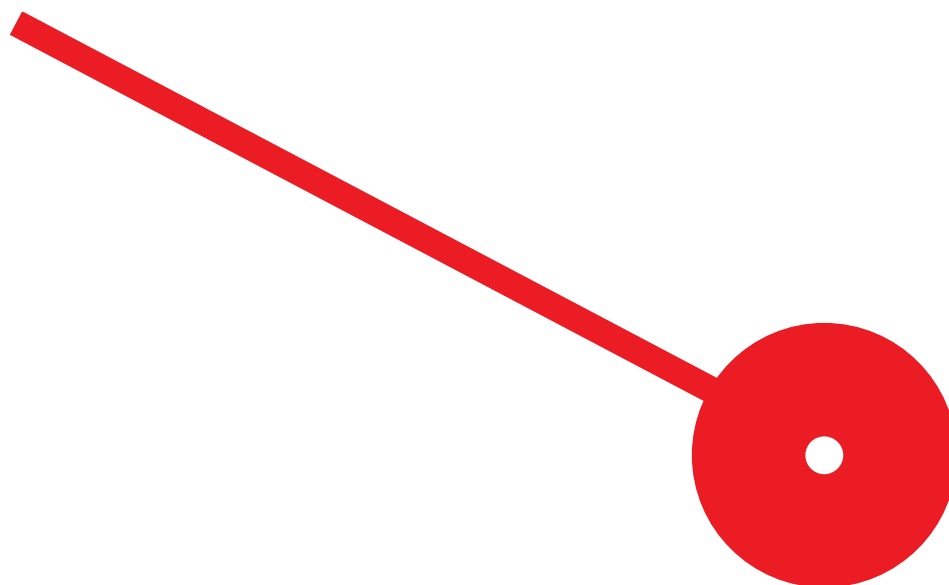
Extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental nas empresas portuguesas e brasileiras: evolução e fatores determinantes

Diana Filipa Barbosa Silva

Dissertação de Mestrado

apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da
Professora Doutora Albertina Paula Moreira Monteiro

10/2022



Agradecimentos

Esta parte é dedicada a todos que contribuíram para a concretização desta dissertação de mestrado.

Em primeiro lugar, quero agradecer imenso à Professora Doutora Albertina Paula Monteiro, orientadora desta dissertação, por toda a disponibilidade e palavras de incentivo que ajudaram a ultrapassar as dificuldades que foram surgindo durante a realização deste projeto.

Quero ainda de agradecer aos meus pais, pelo apoio demonstrado e pela possibilidade dada para conseguir finalizar este trabalho e não desistir. Também, agradeço imenso ao meu namorado, por toda a paciência, apoio e persistência, que nunca me deixou desistir. Obrigada a eles, por incentivarem a avançar e a não desanimar.

Por fim, não menos importante, quero deixar um grande agradecimento à Dra. Joana Latourrette, pelo acompanhamento no momento mais complicado da minha vida, por ajudar a reconhecer a importância que é nunca desistir dos nossos sonhos e, ainda, em não desistir de finalizar a dissertação.

A grande parte do mérito por ter chegado até aqui deve-se a todos eles.

Estou bastante agradecida a todos, de coração.

Resumo

As empresas adotam diversas estratégias para enfrentar o ambiente competitivo a nível global. A responsabilidade social empresarial tem sido abordada como uma importante estratégia das empresas, pois o seu sucesso depende da sua capacidade para criar valor sustentável. Contudo, as empresas devem comunicar as suas ações de responsabilidade social às partes interessadas.

Considerando as atuais preocupações com o ambiente, este estudo visa analisar a evolução e fatores que influenciam o nível da divulgação de informação ambiental (extensão e qualidade) nas empresas portuguesas e brasileiras. Além disso, o objetivo também passa por identificar os indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI) e os tipos de relatórios que apresentam melhores níveis de divulgação.

O estudo combina a abordagem qualitativa e quantitativa. Assim, esta investigação é utilizada a técnica da análise de conteúdo de relatórios de sustentabilidade, relatórios de contas e relatórios integrados, publicados entre 2016 e 2020 e, a técnica de regressão múltipla para dados em painel, para identificar os determinantes da extensão e qualidade da divulgação ambiental.

Os resultados desta investigação indicam que o nível divulgação de informação ambiental não diverge muito entre as empresas dos dois países, Portugal e Brasil, tanto a nível de extensão, como de qualidade. Porém, as empresas do Brasil apresentam um nível de divulgação superior ao das empresas portuguesas. Os relatórios de sustentabilidade e os indicadores GRI, conformidade ambiental (GRI 307), emissões (GRI 305) e energia (GRI 302) são os que se revelam com melhor nível de divulgação ambiental. Os resultados mostram ainda que o desempenho da empresa, a auditoria à informação não financeira, o nível de abrangência das normas GRI, proporção de membros independentes do conselho de administração são fatores que influenciam a extensão e a qualidade da divulgação ambiental, embora as duas primeiras apresentem um efeito negativo nas variáveis dependentes. A variável país apenas tem impacto na extensão da divulgação de informação ambiental.

Este estudo revela-se importante para a literatura e prática, dado que analisa a extensão e qualidade da divulgação ambiental dos diferentes relatórios empresariais, assim como, identifica os seus determinantes em dois países.

Palavras-Chave: Responsabilidade social empresarial, qualidade e extensão da divulgação de informação ambiental, desempenho, auditoria, *corporate governance*, nível de abrangência das normas GRI.

Abstract

Companies adopt different strategies to face the competitive environment at a global level. Corporate social responsibility has been approached as an important corporate strategy, as its success depends on its ability to create sustainable value. However, companies must communicate their social responsibility actions to interested parties.

Considering the current concerns with the environment, this study aims to analyze the evolution and factors that influence the level of disclosure of environmental information (extent and quality) in Portuguese and Brazilian companies. In addition, the objective is also to identify the indicators of the Global Reporting Initiative (GRI) and the types of reports that present better levels of disclosure.

The study combines qualitative and quantitative approach. Thus, in this investigation, the technique of content analysis of sustainability reports, account reports and integrated reports, published between 2016 and 2020, and the multiple regression technique for panel data is used to identify the determinants of the extent and quality of the environmental disclosure.

The results of this investigation indicate that the level of dissemination of environmental information does not differ much between companies in the two countries, Portugal and Brazil, both in terms of extension and quality. However, Brazilian companies have a higher level of disclosure than Portuguese companies. Sustainability reports and GRI indicators, environmental compliance (GRI 307), emissions (GRI 305) and energy (GRI 302) are the ones that reveal the best level of environmental disclosure. The results also show that the company's performance, the audit of non-financial information, the level of coverage of GRI standards, the proportion of independent members of the board of directors are factors that influence the extent and quality of environmental disclosure, although the first two have a negative effect on the dependent variables. The country variable only has an impact on the extent of disclosure of environmental information.

This study proves to be important for the literature and practice, as it analyzes the extent and quality of environmental disclosure of different business reports, as well as identifying its determinants in two countries.

Keywords: Corporate social responsibility, quality and extent of disclosure of environmental information, performance, auditing, corporate governance, level of coverage of GRI standards.

Índice geral

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	vi
Índice de figuras	ix
Índice de tabelas	x
Índice de gráficos	xi
Lista de abreviaturas.....	xii
Capítulo I - Introdução	1
1.1. Enquadramento e justificação do tema	2
1.2. Problemática do estudo	3
1.3. Objetivo do estudo	3
1.4. Metodologia.....	4
1.5. Estrutura do trabalho.....	4
Capítulo II – Revisão de literatura	5
2.1. Desenvolvimento sustentável.....	6
2.1.1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.....	6
2.1.2. As dimensões da sustentabilidade (<i>Triple Bottom Line</i>).....	8
2.1.2.1. Dimensão ambiental	8
2.1.2.2. Dimensão social.....	8
2.1.2.3. Dimensão económica.....	9
2.2. Responsabilidade social	9
2.2.1. Definição de responsabilidade social empresarial	9
2.2.2. Benefícios da responsabilidade social empresarial	11
2.2.3. Relato da responsabilidade social empresarial.....	13
2.2.4. <i>Global Reporting Initiative</i>	14
2.2.5. Teorias relacionadas com a divulgação da RSE.....	17
2.2.5.1. Teoria da legitimidade	17

2.2.5.2. Teoria dos <i>stakeholders</i>	18
2.3. Divulgação de informação ambiental	19
2.3.1. Meios da divulgação de informação ambiental.....	19
2.3.2. O papel da contabilidade	19
2.3.3. Normas e divulgação obrigatória de informação ambiental.....	21
2.3.4. Relato voluntário de informação ambiental	24
2.4. Fatores determinantes da divulgação de informação ambiental	25
Capítulo III – Objetivo e descrição do estudo.....	27
3.1. Objetivo do estudo	28
3.2. Modelo concetual proposto.....	28
3.3. Hipóteses de investigação	29
Capítulo IV – Metodologia de investigação.....	37
4.1. Metodologia	38
4.2. Mensuração das variáveis	39
4.3. Análise dos dados	41
Capítulo V – Análise e discussão de resultados	43
5.1. Análise descritiva da amostra	44
5.2. Resultados	47
5.3. Análise complementar	61
Capítulo VI - Conclusão.....	66
Referências bibliográficas.....	70
Apêndices.....	83
Apêndice I – Listagem das empresas portuguesas e brasileiras e respetivo setor de atividade.....	84
Apêndice II – Recolha dos relatórios.....	87

Índice de figuras

Figura 1 – Os 3 P's da sustentabilidade.....	7
Figura 2 – Análise dos impactos e estratégias em relação à RSE	12
Figura 3 – Evolução das diretrizes do GRI.....	14
Figura 4 – Modelo concetual.....	29
Figura 5 – Análise dos valores de significância - Efeito fixo ou aleatório.....	54

Índice de tabelas

Tabela 1 – Tipos de relato	13
Tabela 2 – Indicadores da categoria económica GRI (2020)	15
Tabela 3 – Indicadores da categoria ambiental GRI (2020).....	16
Tabela 4 – Indicadores da categoria social GRI (2020)	16
Tabela 5 – Funções da contabilidade ambiental.....	20
Tabela 6 – Normas internacionais de contabilidade.....	21
Tabela 7 – Indicadores especificados da categoria ambiental GRI (2020)	24
Tabela 8 – Composição da amostra.....	38
Tabela 9 – Frequência de empresas por setor de atividade	44
Tabela 10 – Frequência de empresas por setor de atividade considerado ambientalmente crítico	45
Tabela 11 – Frequência empresas que divulgam informações ambientais.....	45
Tabela 12 – Frequência dos relatórios analisados	46
Tabela 13 – Frequência da divulgação da informação ambiental nos diferentes tipos de relatórios	46
Tabela 14 – Frequência da divulgação referente à certificação ambiental.....	47
Tabela 15 – Número de membros do conselho de administração	47
Tabela 16 – Média por indicador GRI 300, no período de 2016 a 2020.....	49
Tabela 17 – Interpretação da correlação.....	54
Tabela 18 – Matriz de correlação de variáveis explicativas – IEDA	55
Tabela 19 – Matriz de correlação de variáveis explicativas – IQDA.....	56
Tabela 20 – Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS.....	57
Tabela 21 – Resultado do teste de hipóteses	59
Tabela 22 – Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS: Estudo em Portugal.....	61
Tabela 23 – Resultados da regressão linear com dados em painel LS: Estudo no Brasil	63
Tabela 24 – Listagem das empresas portuguesas e respetivo setor de atividade	84
Tabela 25 – Listagem das empresas brasileiras e respetivo setor de atividade	85
Tabela 26 – Recolha dos relatórios	87

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Evolução do IEDA no período de 2016 a 2020.....	48
Gráfico 2 – Evolução do IQDA no período de 2016 a 2020	48
Gráfico 3 – Evolução do IEDA por indicador GRI 300 em Portugal, no período de 2016 a 2020	50
Gráfico 4 – Evolução do IEDA por indicador GRI 300 no Brasil, no período de 2016 a 2020	50
Gráfico 5 – Evolução do IQDA por indicador GRI 300 em Portugal, no período de 2016 a 2020	51
Gráfico 6 – Evolução do IQDA por indicador GRI 300 no Brasil, no período de 2016 a 2020	51
Gráfico 7 – Evolução do IEDA das empresas portuguesas por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020.....	52
Gráfico 8 – Evolução do IEDA das empresas brasileiras por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020.....	52
Gráfico 9 – Evolução do IQDA das empresas portuguesas por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020.....	53
Gráfico 10 - Evolução do IQDA das empresas brasileiras por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020.....	53

Lista de abreviaturas

CA – Conselho de Administração

CE – Comissão Europeia

CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

DC – Diretriz Contabilística

EBIT – *Earnings Before Interest and Taxes*

GEE – Gases de Efeito de Estufa

GRI – *Global Reporting Initiative*

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IDA – Índice de Divulgação Ambiental

IEDA – Índice de Extensão de Divulgação Ambiental

IIRC – *International Integrated Reporting Council*

INF – Informação Não Financeira

IQDA – Índice de Qualidade de Divulgação Ambiental

LS – *Least Squares*

MI – Membros Independentes

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NDA – Nível de Divulgação Ambiental

RS – Responsabilidade Social

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

TPL – *Triple Bottom Line*

UE – União Europeia

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento e justificação do tema

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem sido incorporada na estratégia das empresas, dadas as inquietações com o aumento das disparidades e desigualdades sociais que existem na sociedade para conseguirem uma gestão mais responsável (Frey, Marcuzzo & Oliveira, 2008). Todavia, a sensibilização da sociedade para a necessidade de o crescimento económico ser acompanhado por um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável faz com que os *stakeholders* comecem a exercer imposições e outras pressões, para a adoção de práticas socialmente responsáveis por parte das empresas (Unerman, 2000).

O conceito de RSE está estreitamente relacionado com o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Mota e Dinis (2005) e Gholami (2011), a RSE foca-se na relação recíproca entre o comportamento responsável das empresas e sociedade enquanto o desenvolvimento sustentável envolve as questões ambientais, sociais e económicas. Por isso, o conceito de RSE tem subjacente o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, nos três pilares da sustentabilidade (*Triple Line Button*): económico, social e ambiental (Monteiro, 2022).

A literatura sugere que a preocupação global com o desenvolvimento sustentável, a complexidade do ambiente empresarial e a crescente procura de mais informação conduziram as empresas a atribuir maior importância à dimensão da RSE e à comunicação do seu desempenho às partes interessadas (Monteiro, 2022). Por conseguinte, a divulgação de informação sustentável contribui para uma maior transparência da informação empresarial (Gray, 2010).

A divulgação de informação empresarial (financeira e não financeira) pode ser realizada por diversos meios como, por exemplo, em relatórios e no site das empresas. Segundo Savitz e Weber (2007), o relatório e contas é de elaboração obrigatória, no qual fazem parte as demonstrações financeiras das entidades relatoras, o relatório de gestão e outros documentos sobre a prestação de contas. Este é considerado o principal meio, utilizado pelos diferentes *stakeholders*, para conhecer o desempenho económico e financeiro das organizações.

Embora a informação de natureza social e ambiental possa estar contemplada nos relatórios e contas apresentadas pelas empresas, os relatórios de sustentabilidade são

considerados aqueles que mais divulgam este tipo de informação a título voluntário (Baker & Nazer, 2000).

No entanto, com a introdução da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro, algumas empresas da União Europeia (UE) ficam obrigadas à divulgação de informação social e ambiental no relatório e contas ou num relatório separado. Em Portugal, o Decreto-Lei 89/2017, de 28/07, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/95/UE.

1.2. Problemática do estudo

De acordo com Monteiro *et al.* (2021), os *stakeholders* “*requerem uma compreensão do envolvimento das empresas (privadas e públicas) com o ambiente, o qual implica divulgar as suas estratégias ambientais*”. Este facto, tem impulsionado o desenvolvimento de investigações no âmbito da divulgação de informação ambiental. A maioria dos estudos estão focados na análise da extensão da divulgação de informação ambiental (Monteiro *et al.*, 2010; Barbosa *et al.*, 2021; Monteiro *et al.*, 2021). Contudo, os estudos sobre a qualidade da divulgação de informação ambiental são mais escassos (Monteiro *et al.*, 2021).

Embora os resultados de diversos estudos apresentem uma evolução positiva da extensão da divulgação ambiental, é necessário perceber se esse aumento da informação divulgada é acompanhado pela qualidade. Neste contexto, este estudo tem como tema principal a extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental por parte das empresas.

1.3. Objetivo do estudo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental por parte das empresas portuguesas e brasileiras e os seus fatores determinantes. Especificamente, este estudo tem quatro objetivos. Primeiro, analisar a evolução do Índice de Extensão da Divulgação Ambiental (IEDA) e o Índice de Qualidade da Divulgação Ambiental (IQDA) e se esta foi influenciada pela introdução do Decreto-Lei 89/2017, de 28/07 (Portugal) e da Resolução N° 4557/2017, de 23 de fevereiro (Brasil). Segundo, identificar em que indicador da *Global Reporting Initiative* (GRI) 300 se verifica maior extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental. Terceiro, analisar se a extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental varia em função dos tipos de relatórios empresariais. O quarto objetivo consiste em identificar os fatores que influenciam o IEDA e IQDA. Este último objetivo está refletido num

modelo conceptual que visa analisar se os fatores como, a dimensão, o desempenho da empresa, empresas cotadas em bolsa, empresas com relatórios auditados, setor de atividade, certificação ambiental, atributos do conselho de administração e o país influenciam o nível de divulgação ambiental.

1.4. Metodologia

A metodologia seguida neste estudo é de natureza qualitativa e quantitativa. A recolha de dados foi realizada nos relatórios de empresas portuguesas e brasileiras. A seleção da amostra teve em conta as empresas com relatórios divulgados na base de dados da GRI. A análise de conteúdo é a técnica utilizada para relatórios publicados entre 2016 e 2020, a qual é desenvolvida para obter os dados necessários para analisar a extensão e a qualidade da divulgação de informação ambiental. A identificação dos seus fatores determinantes será efetuada com recurso à análise da regressão linear múltipla com dados em painel.

1.5. Estrutura do trabalho

A presente dissertação está estruturada em 6 capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo é dedicado à revisão de literatura, o qual aborda os principais conceitos teóricos dos temas em estudo. No terceiro capítulo são apresentados os objetivos, o modelo concetual proposto e as hipóteses de investigação. De seguida, no quarto e quinto capítulos, são expostos a metodologia de investigação e a análise e discussão dos resultados, respetivamente. Por último, o sexto capítulo é dedicado à conclusão, contribuições e limitações do estudo, assim como às sugestões para investigação futura.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é um termo que surge da preocupação com o efeito da função humana e da sua interação no ambiente. Este conceito está associado à relação entre o progresso humano e o meio ambiente (Mebratu, 1998). De seguida, serão abordados os temas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e as dimensões da sustentabilidade.

2.1.1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

A definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável foi apresentada em 1987, pela primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, no relatório “*Our Common Future*” (O Nosso Futuro Comum), emitido pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (Porter & Kramer, 2006). O documento em questão refere-se ao desenvolvimento sustentável como um processo de transformação a ser desenvolvido no futuro. Assim, esse processo de transformação deve atender e satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de atender/satisfazer as necessidades de gerações futuras.

O reforço da sustentabilidade envolve uma mudança de paradigma em diferentes aspetos, a qual requer a contribuição de vários agentes (Monteiro, 2022). Contudo, os governos não são os principais agentes, as empresas também desempenham um importante papel no desenvolvimento sustentável.

Segundo os autores Savitz e Weber (2007), empresas sustentáveis têm a intenção de conceber benefícios para todos aqueles que se encontrem envolvidos com a entidade. Por um lado, estas empresas envolvem-se em projetos estratégicos que estejam em conformidade com os interesses da comunidade. Por outro lado, preocupam-se com os impactos ambientais resultantes das suas atividades. Assim, estas empresas tomam decisões responsáveis em termos sociais e ambientais.

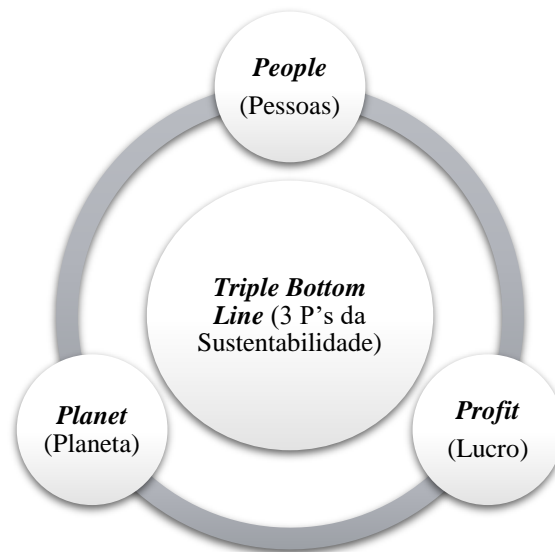
O termo sustentabilidade está associado ao meio ambiente, à sociedade e à viabilidade económica da empresa (Colglazier, 2015). Para Monteiro *et al.* (2021), a sustentabilidade integra objetivos tridimensionais, ou seja, económicos, sociais e ambientais (*Triple Bottom Line*).

A Comissão Europeia, sobre este tema, identifica os 3 P’s da sustentabilidade (*People, Planet, Profit*):

- *People*: é uma dimensão que envolve o capital humano da empresa e está relacionada com o desenvolvimento pessoal e coletivo, com a prática de ações sociais responsáveis e com o objetivo de criar boas relações com o ambiente empresarial e com a sociedade.
- *Planet*: esta dimensão está relacionada com o capital natural da empresa e da sociedade em geral, o que leva as empresas a adotar medidas responsáveis para reduzir o impacto das suas atividades no ambiente, como reduzir a emissão de gases com efeito de estufa, o consumo de água e de aparelhos energéticos, entre outros.
- *Profit*: para além da sustentabilidade das empresas em termos sociais e ambientais, espera-se que uma empresa seja economicamente sustentável e capaz de conceber e distribuir os seus produtos ou serviços de forma justa e competitiva, mas responsável.

A figura 1 apresenta os 3 P's da sustentabilidade.

Figura 1 – Os 3 P's da sustentabilidade



Fonte: Elaboração própria – baseado em Comissão Europeia (2001)

Baden e Harwood (2013) indicam que é necessária alguma prudência ao considerar aspetos relacionados com o bem-estar social, crescimento económico e sustentabilidade ambiental. A contribuição para o bem-estar da sociedade pode comprometer os recursos naturais e, desta forma, comprometer também o desenvolvimento sustentável (Porter & Kramer, 2006).

2.1.2. As dimensões da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*)

A sustentabilidade integra três pilares ou dimensões: económico, ambiental e social. Segundo Rainey (2006), a sustentabilidade abrange todos os processos e estratégias da atividade da empresa, como mais foco, atualmente, na sustentabilidade ambiental, sem desvalorizar a qualidade social e económica. De seguida são abordadas as dimensões da sustentabilidade.

2.1.2.1. Dimensão ambiental

A dimensão ambiental tem como objetivo a prevenção do ambiente através do eficiente uso dos recursos naturais (Monteiro, 2022; Porter & Van der Linde, 1995). Dadas as alterações climáticas e a escassez dos recursos naturais, as empresas devem gerir adequadamente esses recursos a longo prazo (Lima, 2021). A implementação de projetos ambientais convenientemente delineados podem impedir mudanças em termos de impactos negativos no ambiente e diminuir o custo total do produto e/ou serviço, ou melhorar o seu valor (Porter & Van der Linde, 1995). Na verdade, as empresas adaptam estes projetos e aprendem a inovar com novos aspetos produtivos, que levam ao aumento da eficiência organizacional e a melhorar aspetos ambientais fulcrais (Dunphy *et al.*, 2003).

As empresas que mostram a necessidade de cumprir as normas ambientais apresentam elevados níveis de motivação dos seus colaboradores e um maior envolvimento dos mesmos com o meio social (Orazalin *et al.*, 2020).

Por outro lado, a divulgação de informação ambiental pelas empresas constitui um importante meio para a boa relação com os *stakeholders* internos e externos, pois cada vez mais, estão atentos às questões ambientais e ao cumprimento das normas que são estipuladas (Lee *et al.*, 2017).

2.1.2.2. Dimensão social

A dimensão social foca-se nas pessoas e envolve práticas benéficas ao desenvolvimento do capital humano e à sociedade em geral (Monteiro, 2022; Alhaddi, 2015). Empresas sustentáveis desenvolvem as capacidades dos recursos humanos e valorizam a participação dos funcionários nas suas decisões pois os *stakeholders* estão cada vez mais atentos às questões sociais no setor empresarial, “razão pela qual a divulgação de

informação pelas empresas deve ser levada a cabo com rigor e transparência” (Monteiro *et al.*, 2021).

O envolvimento dos empregados nas decisões da empresa pode traduzir num maior envolvimento no desenvolvimento de práticas sustentáveis, nomeadamente, ao nível do ambiente o que pode contribuir para a proteção dos recursos naturais no futuro (Porter & Van der Linde, 1995).

O componente fundamental da sustentabilidade social nas empresas é o compromisso com o direito de todos serem ativos nos assuntos empresariais, sendo necessário a existência de técnicas adequadas e a disponibilidade dos recursos (Woodcraft, 2012). Segundo Orazalin *et al.* (2020), a componente social é uma área resultante das práticas e do planeamento social em conjunto, concentrando-se em definir políticas de bem-estar, igualdade e justiça social.

2.1.2.3. Dimensão económica

A dimensão económica da sustentabilidade, de acordo com Alhaddi (2015), foca-se no impacto económico das empresas (criação de valor e crescimento da empresa). Para Braccini e Margherita (2018), o sucesso económico de uma empresa é reconhecido, principalmente, através do seu lucro e liquidez, assim como da sua capacidade de criar valor e equilibrar os gastos e rendimentos.

As empresas devem utilizar recursos renováveis, reduzir os desperdícios e produzir emissões no sentido de reduzir o impacto negativo no ambiente, o que por sua vez, contribui para um superior desempenho da empresa (Birkel *et al.*, 2019). Neste contexto, Zhu *et al.* (2013) evidenciam que do sucesso proveniente das práticas ambientais surgem novas oportunidades e formas de acrescentar valor às empresas. Assim, a adoção de medidas sustentáveis por parte das empresas resulta no sucesso económico das mesmas (Costa, 2019).

2.2. Responsabilidade social

2.2.1. Definição de responsabilidade social empresarial

Friedman (1970) refere que *“existe uma e apenas uma responsabilidade social das empresas – usar os seus recursos e envolver-se em atividade destinadas a aumentar os lucros”*. No entanto, a RSE tornou-se num fenómeno mundial nas últimas décadas e

“*representa uma importante dimensão de práticas empresariais contemporâneas*” (Maon *et al.*, 2009).

Na verdade, o conceito de Responsabilidade Social (RS) conta com uma história vasta e diversa. Em 1953, surge a questão “*que responsabilidades para com a sociedade se espera, razoavelmente, que um homem de negócios assuma?*”, a qual foi colocada por Howard Bowen. Este autor é considerado o “pai” da RS, pois foi o que apresentou o conceito pela primeira vez, o qual foi aprofundado, posteriormente, na literatura (Green *et al.*, 2012).

A RSE engloba vários pontos de análise. De acordo com o Livro Verde, a RSE é “*a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas*” (Comissão Europeia, 2001). Assim, para ser socialmente responsável é necessário investir no capital humano, nas relações com os *stakeholders* e ter em consideração o ambiente (Livro Verde – Ponto 2.20).

Um comportamento socialmente responsável varia em função das responsabilidades adotadas pelas empresas (Wolniak & Habek, 2016). Este comportamento pode ser argumentado como aquele que contém as expectativas dos *stakeholders* e que não compromete o meio ambiente local e a comunidade (Bonson & Bednarova, 2015). Logo, a RSE é entendida como um compromisso da empresa, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável, envolvimento com os colaboradores, com a comunidade local e a sociedade em geral (Rodriguez-Fernandez, 2016).

Šontaitė-Petkevičienė (2015) assume a RSE como uma ligação entre as empresas e a sociedade, portanto, para serem consideradas socialmente responsáveis implica desenvolver ações responsáveis de forma a ter efeitos positivos nos *stakeholders* e minimizar quaisquer consequências negativas na sociedade e no ambiente. Deste modo, a RSE deve ser perspectivada como uma estratégia de mudança de comportamentos e atitudes, que deve ser utilizada em qualquer empresa, desde que tenha o objetivo final de transformar os impactos sociais em benefícios para toda a comunidade (Moravcikova *et al.*, 2015).

Segundo Faria (2015), a RSE para alcançar os seus objetivos e considerando os aspetos anteriormente referidos, deve envolver estratégias no âmbito de duas dimensões, a interna e a externa. Por um lado, a dimensão interna envolve as questões laborais, as práticas

relacionadas com a formação e a relação entre colaboradores, de modo a praticar uma boa gestão dos recursos humanos e adaptar a mesma à resolução de problemas ambientais e com impacto ao nível da preservação dos recursos naturais. Por outro lado, a dimensão externa ultrapassa a esfera da própria e inclui as relações com os seus concorrentes, fornecedores e clientes (Alcaraz-Quiles *et al.*, 2017), entre outros.

2.2.2. Benefícios da responsabilidade social empresarial

A RSE tem sido encarada com importância pelos responsáveis das empresas, visto que os *stakeholders*, incluindo a sociedade em geral, exigem cada vez mais, uma posição responsável por parte das organizações. Além disso, as empresas que demonstram ser social e ambientalmente responsáveis esperam obter benefícios específicos, apesar de que nem todos os benefícios possam ser quantificados em termos monetários (Adams & Zutshi, 2004).

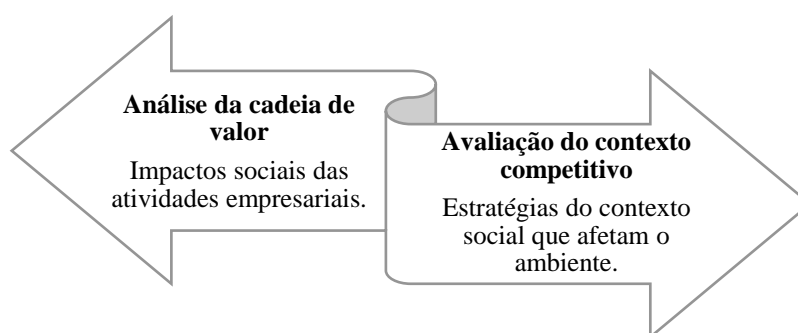
Segundo Savitz e Weber (2007), as empresas integram a RSE nas suas estratégias para alcançar os objetivos, obter benefícios ao nível de produtividade, conquistar novos mercados e para diminuir a pressão criada pelos seus *stakeholders*, o que, consequentemente, contribuirá para o crescimento da empresa. Além disso, as empresas socialmente responsáveis são mais atrativas, uma vez que têm maior capacidade para responder a pressões externas e para criar valor, tornando-se, também, mais atrativas financeiramente (Steurer *et al.*, 2018).

Para Porter e Kramer (2006), a empresa deve relacionar a sua atividade com as questões sociais existentes, para uma melhor gestão dos recursos e obter benefícios para toda a sociedade. Assim, para as empresas desenvolverem uma boa estratégia, é necessária uma avaliação dos seus impactos nas partes interessadas e antecipar que os mesmos sejam alterados para resultar em objetivos estratégicos e, consequentemente, alcançar bons resultados (Pereira & Sousa, 2011).

Perante a análise dos impactos e estratégias, Pinto (2014) identifica dois tipos de RSE, a responsiva e estratégica. A RSE responsiva revela a importância de implementar boas ações perante a sociedade para reduzir todos os impactos negativos que resultam das atividades da cadeia de valor, enquanto a estratégica define as estratégias necessárias para combater atividades social que comprometam o ambiente.

A literatura também sugere que as boas práticas de RSE têm impacto ao nível da competitividade (Kiroyan, 2015; Porter & Kramer, 2006). Segundo Porter e Kramer (2006), a RSE traz benefícios que são considerados importantes para o alcance da vantagem competitiva, sendo, contudo, necessário analisar a cadeia de valor e o contexto competitivo, ou seja, os impactos e as estratégias, conforme mostra resumidamente a figura seguinte.

Figura 2 – Análise dos impactos e estratégias em relação à RSE



Fonte: Elaboração própria

Relativamente à análise da cadeia de valor, os autores consideram importante a análise dos impactos sociais, positivos e negativos, que resultam das atividades das empresas, para identificar problemas e conseqüentemente determinar oportunidades competitivas. Quanto à avaliação do contexto competitivo, os autores mencionam que uma boa avaliação do contexto competitivo permite identificar as estratégias que contribuirão para o sucesso empresarial.

Segundo Almeida e Coelho (2019), a perceção das práticas de RSE pode aumentar a forma como a reputação da empresa é percecionada e, conseqüentemente, reforçar os laços entre os funcionários e a sua organização. No mesmo sentido, Esen (2013) refere que a RSE permite às empresas melhorar a sua reputação de uma vasta gama de intervenientes, incluindo empregados, clientes, fornecedores, concorrentes, instituições financeiras e investidores. Por sua vez, e segundo o Livro Verde, a reputação é importante para as empresas conquistarem mais produtividade e competitividade (Comissão Europeia, 2001). Ainda, segundo o estudo de Le (2022), a RSE tem impacto no desempenho, imagem e reputação da empresa e, também, na fidelização dos clientes.

Os benefícios apontados acima são exemplos dos impactos positivos que podem advir das boas práticas da RSE. Assim, a prática da RSE é considerada uma variável estratégica

e capaz de influenciar a tomada de decisões económicas. Por isso, revela-se importante identificar, mensurar e divulgar os impactos sociais e ambientais, positivos e negativos, resultantes da atividade empresarial (Epstein *et al.*, 1976).

2.2.3. Relato da responsabilidade social empresarial

As empresas divulgam informação de natureza financeira e não financeira aos *stakeholders* (Cho *et al.*, 2015). Segundo Eccles e Spiesshofer (2015), o relato de toda a informação empresarial pode ser apresentado em diferentes tipos de relatórios. Realça-se os três principais tipos de relato (financeiro, de sustentabilidade e integrado), os quais estão sintetizados na tabela seguinte.

Tabela 1 – Tipos de relato

Tipo de Relato	Conteúdo	Público	Função	Natureza
Financeiro	Informação financeira	Investidores (e <i>stakeholders</i> externos)	Informação	Obrigatório
Sustentabilidade	Informação não financeira	<i>Stakeholders</i>	Transformação	Sobretudo voluntário
Integrado	Informação financeira e não financeira	Investidores e outras partes interessadas	Transformação	Sobretudo voluntário

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Eccles e Spiesshofer (2015)

- **Relato financeiro:** proporciona essencialmente informação de carácter financeiro;
- **Relato de sustentabilidade:** proporciona às partes interessadas informação não financeira no âmbito ambiental, social e governo societário;
- **Relatório integrado:** proporciona informação financeira e não financeira.

Na verdade, os *stakeholders* internos e externos, exercem cada vez mais, pressões no sentido das empresas se tornarem mais responsáveis social e ambientalmente e comunicar o seu desempenho em relatórios ou em outros meios de divulgação de informação (Monteiro, 2022). Assim, a comunicação de informação não financeira é realizada via dos relatórios empresariais (relatórios e contas, relatórios integrados e/ou relatórios de sustentabilidade/RSE), ou noutros meios de divulgação, como, por exemplo, *site* das empresas e *LinkedIn*. No entanto, apenas uma reduzida percentagem de empresas divulga

informação não financeira. Segundo Michelon *et al.* (2013), a escassez da divulgação pode ser explicada pela falta de exigência legal, pelo facto de proporcionar mais custos que benefícios ou por causa de uma *performance* empresarial débil.

Atualmente, a divulgação de informação não financeira é facultativa para cerca de 99% das empresas, porém é do interesse de todos aqueles que se relacionam com a organização (Monteiro, 2010).

No sentido de promover o relato de INF e a sua qualidade, surgem vários *frameworks*. No entanto, o mais utilizado a nível mundial, é o da GRI (Halkos & Mamikos, 2021).

2.2.4. Global Reporting Initiative

A GRI, um organismo sem fins lucrativos, foi criado em 1997, com o objetivo de emitir diretrizes/normas para que os relatórios de sustentabilidade fornecidos pelas empresas fossem de melhor qualidade, mais rigorosos, e uteis para os *stakeholders* (Halkos & Mamikos, 2021). As diretrizes/normas passaram pelo processo evolutivo (Monteiro, 2022), apresentado na figura 3.

Figura 3 – Evolução das diretrizes do GRI



Fonte: Elaboração própria

Em 2000, a primeira versão das diretrizes havia sido disponibilizada e quase 50 empresas adotaram de imediato (no mesmo ano). As diretrizes GRI-G1 exigiam uma auditoria rigorosa e atual para elaborar os relatórios de sustentabilidade, com objetivos para explorar os conhecimentos dos *stakeholders* e determinar credibilidade (GRI, 2011).

Um ano depois, em 2001, a CERES¹ alterou o GRI para uma fundação autónoma e sem fins lucrativos, sendo que só no decorrer do ano 2002 foi oficialmente apresentada como uma organização cooperante ao programa das Nações Unidas para o meio ambiente. Esta mudança trouxe consigo a introdução das diretrizes GRI-G2, acolhidas por 150 empresas que as implementaram na elaboração do seu relato anual (GRI, 2011).

¹ *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) é uma organização sem fins lucrativos que atua para a defesa da sustentabilidade.

No decorrer ainda do século XXI, surgem as diretrizes GRI-G3 em 2006, que abrangem novos conteúdos nos seus variados indicadores de categoria ambiental, económica e social, com vista a adotar outras estruturas estratégicas para o relatório de sustentabilidade. Em 2010, inicia-se uma nova versão vista como uma atualização das anteriores diretrizes que pretendia melhorar o desempenho sustentável e introduzir novos indicativos relativos a direitos humanos, ficando conhecidas como as GRI-G3.1.

Em 2013, o GRI divulga as diretrizes GRI-G4, com princípios de relato e divulgações para uma implementação e composição de relatórios de sustentabilidade de qualidade, os quais visam garantir a qualidade dos relatórios de sustentabilidade.

Por último, *GRI Standards*, que é a versão das orientações da GRI mais atual. Estas poderiam ser adotadas nos relatórios publicados após julho de 2018. Os *GRI Standards* são padrões globais e mostram uma organização modular e inter-relacionada (Lima, 2021).

Para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, a maioria das empresas seguem as normas GRI, que por sua vez, abordam os três pilares da sustentabilidade, económico, ambiental e social. As normas GRI estão compostas por quatro series: GRI 100, GRI 200, GRI 300 e GRI 400. Relativamente à GRI 100, esta inclui os seguintes subpontos:

- GRI 101: abrange os princípios básicos e os requisitos do relato e sustentabilidade do relato de acordo como as orientações GRI;
- GRI 102: abrange divulgações gerais sobre a empresa;
- GRI 103: engloba divulgações sobre a abordagem da gestão.

A série GRI 200 inclui os padrões específicos da categoria económica, que são os tópicos usados para descrever as informações sobre os impactos materiais das empresas no âmbito económico.

Tabela 2 – Indicadores da categoria económica GRI (2020)

GRI 200
Indicadores de categoria económica

GRI 201 – Desempenho económico
GRI 202 – Presença no mercado
GRI 203 – Impactos económicos indiretos
GRI 204 – Práticas de compras

GRI 205 – Anticorrupção
 GRI 206 – Comportamento anticompetitivo
 GRI 207 – Imposto

Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2020)

Os indicadores de categoria ambiental fazem parte da série 300 dos padrões GRI, conforme apresenta a tabela 3.

Tabela 3 – Indicadores da categoria ambiental GRI (2020)

GRI 300
Indicadores de categoria ambiental

GRI 301 – Materiais
 GRI 302 – Energia
 GRI 303 – Água e efluentes
 GRI 304 – Biodiversidade
 GRI 305 – Emissões
 GRI 306 – Efluentes e resíduos
 GRI 307 – Conformidade ambiental
 GRI 308 – Avaliação ambiental de fornecedores

Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2020)

Em relação aos Padrões GRI de categoria social, o GRI 400, esta série inclui os pontos específicos para relato das informações sobre os impactos sociais.

Tabela 4 – Indicadores da categoria social GRI (2020)

GRI 400
Indicadores de Categoria Social

GRI 401 – Emprego
 GRI 402 – Relações entre empregadores e trabalhadores
 GRI 403 – Saúde e segurança ocupacional
 GRI 404 – Treino e educação
 GRI 405 – Diversidade e igualdade de oportunidades
 GRI 406 – Não discriminação
 GRI 407 – Liberdade de associação e negociação coletiva
 GRI 408 – Trabalho infantil

GRI 409 – Trabalho forçado ou obrigatório
GRI 410 – Práticas de segurança
GRI 411 – Direitos dos povos indígenas
GRI 412 – Avaliação de direitos humanos
GRI 413 – Comunidades locais
GRI 414 – Avaliação social do fornecedor
GRI 415 – Política pública
GRI 416 – Saúde e segurança do cliente
GRI 417 – Marketing e rotulagem
GRI 418 – Privacidade do cliente
GRI 419 – Conformidade socioeconómica

Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2020)

2.2.5. Teorias relacionadas com a divulgação da RSE

A divulgação voluntária da informação social e ambiental é explicada através de várias abordagens teóricas. Na literatura existente são abordadas várias teorias, de entre as quais se destacam as teorias da Legitimidade e dos *Stakeholders*.

As teorias referidas encontram-se interligadas, pois todas abrangem a comunicação com os *stakeholders* e apesar de influenciar de maneiras diferentes, cada uma consegue afetar as atividades das empresas envolvidas (Burgwal & Vieira, 2014).

2.2.5.1. Teoria da legitimidade

A legitimidade é um termo considerado valioso para as empresas, trata-se de uma situação que subsiste quando uma empresa está em coerência com os valores pertencentes ao sistema social, ou seja, está em conformidade com a doutrina que é considerada socialmente responsável pela sociedade (Tilling, 2004).

Esta teoria tem subjacente que as empresas devem ter em consideração as normas e valores da sociedade e adotar uma estrutura organizacional fiável, para que as suas atividades sejam legitimadas pela comunidade (Caetano & Eugénio, 2014).

Esta teoria salienta a importância da relação entre a empresa e a sociedade, a perceção da entidade relativamente à necessidade de melhorar a conduta ambiental e a divulgação da informação da responsabilidade social para obter ganhos em termo de reputação externa e de legitimação (Slack & Shrides, 2008). Para estabelecer a sua reputação, as empresas

procuram dar resposta aos interesses das partes interessadas em questões ambientais e sociais, de modo a alterar as opiniões negativas que os *stakeholders* podem ter sobre o desempenho da empresa e com potencial impacto na legitimidade (Ahmad *et al.*, 2003).

No entanto, há autores que defendem que a legitimidade não deve passar unicamente por uma avaliação coletiva da empresa e ser orientada pela sociedade. (Mobus & Tacoma, 2005). Assim sendo, as empresas revelam a importância de divulgar a informação social e ambiental para preservar a sua legitimidade perante a sociedade e ajudar a persuadir a consciência pública para as suas intervenções em comunidade (Slack & Shrivess, 2008).

2.2.5.2. Teoria dos *stakeholders*

A teoria dos *stakeholders* salienta a importância das práticas empresariais tradicionais e da RSE (Lettieri, 2003). No âmbito desta teoria, o principal objetivo de uma entidade deve passar por estabelecer uma relação favorável com as partes interessadas, o que implica mudar o papel da empresa consoante a visão de cada *stakeholder*. O grupo de *stakeholders* são parte integrante das empresas e requerem atenção por parte da empresa, pois são os que estão atentos à forma como os negócios são geridos e, por isso, é necessário considerar os interesses dos diferentes *stakeholders*, como, por exemplo, acionistas, fornecedores, clientes, governo e a sociedade em geral (Freeman, 1984).

As empresas são influenciadas com as ações/pressões desenvolvidas pelos *stakeholders*, o que por vezes dificulta atentar a todos interesses manifestados partes interessadas (Ahmad *et al.*, 2003). De outro modo, a necessidade de divulgar mais informação é visível consoante a dimensão da empresa, uma vez que, quando maior for a empresa, o grupo de *stakeholders* é igualmente maior e a empresa encontra-se mais exposta perante a sociedade, sendo que assim acresce a tentativa de aperfeiçoamento da sua reputação.

Em suma, a teoria dos *stakeholders* abrange as relações entre a empresa e os seus *stakeholders* e como ambos podem se interrelacionar para atingir os objetivos definidos. Deste modo, a teoria retrata como é possível criar valor a partir da ligação entre entidade e parceiro social e como a gestão da empresa modifica consoante os interesses dos *stakeholders* (Lettieri, 2003).

2.3. Divulgação de informação ambiental

2.3.1. Meios da divulgação de informação ambiental

O alcance do desenvolvimento sustentável implica que as empresas contribuam com as suas ações sustentáveis na dimensão ambiental. Contudo, as contribuições das empresas para o desenvolvimento sustentável devem ser divulgadas às partes interessadas (Paulraj, 2008).

O relatório e contas ou relatório anual é um importante meio de divulgação das demonstrações financeiras (García *et al.*, 2016). Segundo o IIRC (2013), este relatório tem carácter obrigatório pois contém toda a informação de base contabilística.

Os relatórios integrados constituem uma nova forma de apresentação da informação financeira e não financeira, incluindo habilmente toda a informação relevante sobre a empresa, num só documento (Eccles & Spiesshofer, 2015). À semelhança dos relatórios e contas, os relatórios integrados também estão orientados para os fornecedores de capital, de modo a melhorar a qualidade da informação que lhes é dirigida, porque também inclui informação social e ambiental (IIRC, 2013). Pretende-se que estes relatórios sejam o documento de relato empresarial do futuro e substituam outros meios de comunicação de informação (IIRC, 2013).

O relatório de sustentabilidade representa um dos mais importantes avanços na informação empresarial (Williams, 2015). Este relatório integra um ato de divulgação voluntário, que demonstra o desempenho económico, ambiental e social de uma organização, incluindo aspetos positivos e negativos. Este relatório é um complemento às contas anuais obrigatórias, sendo, assim, um indicador do nível de RS de uma organização tem perante os *stakeholders*, incluindo a comunidade onde se encontra inserida (Navarro *et al.*, 2017).

Existem, como referido anteriormente, outros meios de divulgação de informação não financeira como, por exemplo, a página *web* da empresa e o *LinkedIn*.

2.3.2. O papel da contabilidade

A contabilidade ambiental é compreendida como a atividade de reconhecimento e de registo de acontecimentos ambientais (Saremi & Nezhad, 2014). Segundo Kraemer (2000),

a contabilidade é importante pois fornece informação à empresa sobre matérias ambientais para posterior divulgação.

Para Gray (1993), a contabilidade ambiental desempenha um papel importante, na medida em que proporciona informações pertinentes para a tomada de decisões, desde a compra de matérias-primas e a condição de adequar preços, à avaliação do desempenho da organização para futuros investimentos. Deste modo, o autor refere a importância de abordar:

- *"Contabilidade para passivos, riscos contingentes para reavaliações de ativos e projeções de capital;*
- *Método de investimento para incluir fatores ambientais;*
- *Desenvolvimento de técnicas contabilísticas em termos ecológicos;*
- *Análise de áreas-chave, como energia, lixo e projeções ambientais.*
- *Política Ambiental, para medir os riscos e entender o impacto ambiental e estabelecer políticas e metas;*
- *Auditoria Ambiental, definir bases para medir a performance e identificar soluções;*
- *Estratégia ambiental, implementar mudanças, análise de mercado e um sistema de gestão ambiental."*

Segundo Eugénio (2004), um dos principais objetivos para a prática da contabilidade ambiental deve-se ao facto das empresas suportarem pressões vindas do exterior, do mercado e da sociedade. Todavia, as motivações internas também requerem a melhoria do desempenho, eficiência e rentabilidade. Com base no “*Environmental Accounting Guidelines*”, em 2002, as funções da contabilidade ambiental dividem-se em funções internas e externas, como podemos observar na tabela seguinte (Ministro do Meio Ambiente, 2002).

Tabela 5 – Funções da contabilidade ambiental

Funções internas	Funções externas
Auxílio na gestão da empresa	Facilita a comunicação com os <i>stakeholders</i>

-
- Gerar o custo de conservação ambiental;
 - Analisar o custo das práticas de conservação ambiental e o benefício obtido;
 - Promover também atividades produtivas eficazes e eficientes através de uma tomada de decisão consciente.
 - Divulgar os resultados quantitativamente medidos das suas práticas de conservação ambiental;
 - Permitir a uma empresa influenciar a tomada de decisão das partes interessadas;
-

Fonte: Elaboração própria – Baseado no “*Environmental Accounting Guidelines*”,
Ministry of Environment (Ministro do Meio Ambiente, 2002)

Com a contabilidade ambiental é esperado uma melhoria do desempenho geral e um melhor controlo das atividades para evitar impactos negativos no ambiente. Para Álvarez-García e RíoRama (2016), existem três motivos para que se adote este sistema contabilístico para resolver questões ambientais:

1. Gestão Ambiental Interna: ao praticar um controlo das atividades, é possível melhorar a qualidade dos produtos e serviços e, conseqüentemente, reduzir os custos;
2. Legislação: controlar os impactos ambientais é uma maneira de evitar outros custos, como coimas e indemnizações;
3. *Stakeholders*: a imposição das partes interessadas é exigente e requer respostas para as questões ambientais mais contestadas.

2.3.3. Normas e divulgação obrigatória de informação ambiental

A nível internacional, destacam-se algumas normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), que tratam de algumas questões contabilísticas relacionadas com matérias ambientais. Estas normas internacionais de contabilidade, designadas de *International Accounting Standards* (IAS), delimitam princípios aplicáveis ao tratamento das matérias ambientais. Segundo Eugénio (2011), a CE consigna, que a nível internacional, podiam ser usadas as seguintes normas referidas na tabela.

Tabela 6 – Normas internacionais de contabilidade

NORMA	REFERÊNCIA
IAS 1 – <i>Apresentação de Demonstrações Financeiras</i>	Elaboração de um relatório, incluindo uma explicação sobre as alterações no ambiente.
IAS 16 – <i>Ativos Fixos Tangíveis</i>	Um ativo fixo tangível pode ser obtido por razões de segurança ou imposições ambientais.

IAS 34 – <i>Relato Financeiro Intercalar</i>	As provisões para custos ambientais como aplicação das normas.
IAS 36 – <i>Imparidade dos Ativos</i>	Perdas de valor que se confirmem por causa das questões ambientais.
IAS 37 – <i>Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</i>	Referência aos danos ambientais, desde os custos associados à correção desses impactos à resolução dos mesmos.
IAS 38 – <i>Ativos Intangíveis</i>	Ativos intangíveis da empresa que estão relacionados com questões ambientais.

Fonte: Elaboração própria

Em Portugal, tinha-se a Diretriz Contabilística (DC) nº 29 – Matérias Ambientais, que foi aprovada pelo Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a 5 de junho de 2002 e publicada no Diário da República no dia 18 de abril de 2005, onde constava como o único enquadramento do tema existente a nível nacional.

Em substituição da DC nº29, em janeiro de 2010, entra em vigor o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, onde foi introduzida a Norma Contabilística e de Relato Financeiro, NRCF 26 – Matérias Ambientais, norma essa que é a única que não advém de uma IAS. A NRCF 26, cujo o objetivo, segundo o parágrafo 1, consiste em “*prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada*”.

Segundo Pires (2009), esta norma reconhece:

- Passivos de carácter ambiental: quando há ocorrência de uma obrigação legal em relação a danos ambientais, o reconhecimento de ativos e passivos deve ser admitido com base em estimativas fiáveis e, no caso de não ser possível, apenas divulgar;
- Dispêndios de carácter ambiental: são reconhecidos como gastos do período. Para capitalizar estes dispêndios, apenas é possível se estiverem disponíveis alguns dos requisitos de ativos.

Revela-se importante, cada vez mais, divulgar informação ambiental, em forma de complemento ao apresentado em demonstrações financeiras. Deste modo, como refere o parágrafo 3 da NRCF 26, “*esta norma deve ser aplicada às informações a prestar nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão das entidades no que diz respeito a*

matérias ambientais, devendo os critérios de reconhecimento e mensuração ser aplicados de forma consistente a todas as entidades que sejam objeto de consolidação”.

De salientar que a NCRF 26 é aplicável às empresas sujeitas ao SNC em regime geral, pelo que a divulgação de informação ambiental, no âmbito desta norma abrange apenas as grandes empresas.

Atualmente, as grandes empresas também devem divulgar informação não financeira, de acordo com o Decreto-Lei 89/2017, de 28 de julho de 2017, baseado na Diretiva Europeia 2014/95/UE, algumas empresas portuguesas são obrigadas a divulgar informação não financeira.

Na União Europeia, a divulgação de INF foi voluntária até à introdução da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro. De acordo com esta Diretiva *“as grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do respetivo balanço, excedam o critério do número médio de 500 empregados durante o exercício financeiro, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira que contenha informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno(...)”*.

Relativamente a outros países não pertencentes à UE, como o caso do Brasil, país abordado neste estudo, não existe uma diretiva semelhante à que foi referida anteriormente. No entanto, o estado brasileiro na Resolução Nº 4557/2017, de 23 de fevereiro, alterada pela Resolução Nº 4926/2021, de 24 de junho, destaca o *“aprimoramento das regras de gestão de riscos climáticos e de responsabilidade socioambiental e climática aplicáveis às instituições financeiras”*. As divulgações, no âmbito desta resolução estão alinhadas com as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima (TCFD), uma associação com o objetivo de aperfeiçoar a divulgação de informação no Brasil, as quais surgem com o objetivo de responder às preocupações sobre a estabilidade financeira perante as mudanças climáticas (Ouro, 2021). No entanto, esta resolução apenas se aplica às instituições financeiras.

2.3.4. Relato voluntário de informação ambiental

Como referido anteriormente, as normas GRI são as mais conhecidas e as mais utilizadas na preparação do relato não financeiro, a título voluntário. Os indicadores de categoria ambiental fazem parte da série 300 dos padrões GRI. A dimensão ambiental é o foco deste trabalho e, deste modo, a próxima tabela refere detalhadamente os 32 indicadores ambientais da diretriz GRI 300.

Tabela 7 – Indicadores especificados da categoria ambiental GRI (2020)

GRI 301 – Materiais
<ul style="list-style-type: none">▪ 301-1 Materiais utilizados por peso ou volume▪ 301-2 Materiais de produtos de reciclagem usados▪ 301-3 Produtos recuperados e respetivos materiais de embalagem
GRI 302 – Energia
<ul style="list-style-type: none">▪ 302-1 Consumo de energia dentro da empresa▪ 302-2 Consumo de energia fora da empresa▪ 302-3 Intensidade da energia▪ 302-4 Redução do consumo de energia▪ 302-5 Redução nos requisitos de energia em produtos e serviços
GRI 303 – Água e efluentes
<ul style="list-style-type: none">▪ 303-1 Interações com a água como recurso partilhado▪ 303-2 Gestão dos impactos relacionados à descarga de água▪ 303-3 Retirada de água▪ 303-4 Descarga de água▪ 303-5 Consumo de água
GRI 304 – Biodiversidade
<ul style="list-style-type: none">▪ 304-1 Locais operacionais próprios, arrendados, administrados ou confinantes a áreas protegidas e a áreas de alto valor para a biodiversidade fora das áreas protegidas▪ 304-2 Impactos significativos da biodiversidade nas atividades, produtos e serviços▪ 304-3 Habitats protegidos ou reintegrados▪ 304-4 Espécies da lista lermelha da IUCN (<i>International Union for Conservation of Nature</i> – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) e espécies nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações
GRI 305 – Emissões
<ul style="list-style-type: none">▪ 305-1 Emissões diretas de Gases de Efeitos de Estufa (GEE)▪ 305-2 Emissões indiretas de energia de GEE

<ul style="list-style-type: none"> ▪ 305-3 Outras emissões indiretas de GEE ▪ 305-4 Intensidade das emissões de GEE ▪ 305-5 Redução de emissões de GEE ▪ 305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono ▪ 305-7 Óxidos de nitrogénio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas
GRI 306 – Efluentes e resíduos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 306-1 Descarga de água por qualidade e destino ▪ 306-2 Resíduos por tipo e método de disposição ▪ 306-3 Derrames significativos ▪ 306-4 Transporte de resíduos perigosos ▪ 306-5 Corpos de água afetados por descargas e/ou escoamento de água
GRI 307 – Conformidade ambiental
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 307-1 Não conformidade com leis e regulamentos ambientais
GRI 308 – Avaliação ambiental de fornecedores
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 308-1 Novos fornecedores que foram escolhidos tendo em consideração os critérios ambientais ▪ 308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de aumentos e ações tomadas

Fonte: Elaboração própria

2.4. Fatores determinantes da divulgação de informação ambiental

Segundo Brammer e Pavelin (2004), são muitos os fatores que tendem a influenciar a forma de divulgar de cada empresa. Desde modo, é importante reconhecer alguns dos fatores se mostraram revelantes em investigação anterior.

O estudo de Forte *et al.* (2015) baseou-se em 100 empresas de grande dimensão tendo em conta o Ranking do Banco Central do Brasil, em 2012. Os autores concluíram que houve uma preocupação com a divulgação de informação ambiental e verificaram que o tamanho da empresa está positivamente associado à divulgação de informação ambiental.

Já Ezhilarasi e Kabra (2017) investigaram os fatores com influência na divulgação ambiental das empresas mais poluentes na Índia, no período de 2009 a 2015. Os autores depararam-se com um baixo nível de divulgação de informação ambiental. Também verificaram que a divulgação ambiental era influenciada dimensão da empresa, dimensão do conselho de administração, propriedade estrangeira e certificação ambiental. Os autores recomendam a países em desenvolvimento, como a Índia, a tornarem a divulgação

ambiental obrigatória nos relatórios anuais, de modo a promover o desenvolvimento sustentável.

Segundo Hassan e Guo (2017), as empresas que divulgam informação ambiental em relatórios independentes tendem a fornecer um maior número de informações ambientais, uma vez que, apenas dá atenção específica a esse tema, enquanto as empresas que divulgam informação ambiental nos próprios relatórios anuais analisam e combinam a divulgação financeira e ambiental toda junta.

Liu e Anbumozhi (2009) observaram os fatores que contribuem para o nível de divulgação de informação ambiental das empresas cotadas na Bolsa da China. Estes autores verificaram que 40% das empresas incluídas na amostra não divulgavam informação ambiental, que a sensibilidade ambiental e a dimensão da empresa contribuem para a divulgação de informação ambiental e que o papel dos acionistas é débil para a divulgação de informação ambiental.

Akbas (2014), estudou os fatores que influenciam a divulgação de informação ambiental nas empresas turcas não financeiras cotadas no índice BIST-1005 no final do ano 2011. O autor analisou 62 empresas não financeiras e considerou 5 variáveis independentes, a dimensão, a alavancagem, a rentabilidade, a participação no setor e a idade, de modo a concluir que apenas a dimensão da empresa e a participação no setor estão relacionadas com a divulgação de informação ambiental.

Shwairef *et al.* (2019) verificaram que o número de membros do conselho de administração, tem um efeito sobre a capacidade de controlar as informações da empresa. Deste modo, os autores afirmam que um conselho de administração com muitos membros, aumenta os problemas de comunicação e, assim, diminui a capacidade de controlo e coordenação da administração.

CAPÍTULO III – OBJETIVO E DESCRIÇÃO DO ESTUDO

3.1. Objetivo do estudo

Este estudo, pretende analisar o Nível de Divulgação Ambiental (NDA) das empresas portuguesas e brasileiras, assim como os seus fatores determinantes. Especificamente este estudo pretende:

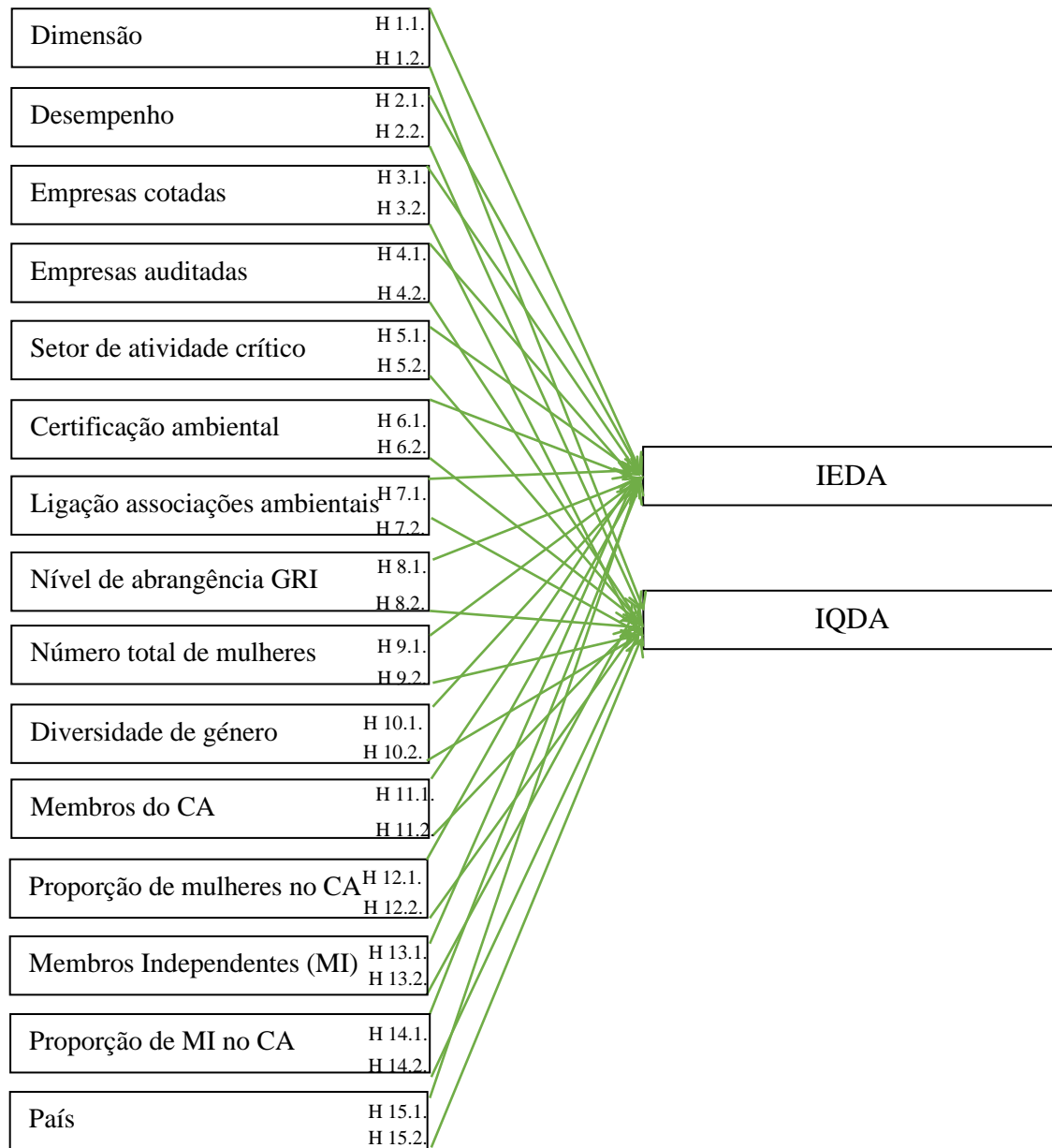
1. Analisar a evolução do Índice de extensão e de qualidade da Divulgação Ambiental (IEDA/IQDA) e se foi influenciado pela introdução do Decreto-Lei 89/2017, de 28/07 (Portugal) e Resolução N° 4557/2017, de 23 de fevereiro (Brasil);
2. Analisar se o IEDA e o IQDA variam em função dos indicadores GRI 300;
3. Analisar se a extensão e qualidade da divulgação da informação ambiental varia em função dos tipos de relatórios empresariais (anual, integrado e sustentabilidade);
4. Identificar os fatores que contribuem para o IEDA e IQDA.

O quarto objetivo específico deste estudo está traduzido nas hipóteses apresentadas no modelo concetual, de seguida exibido.

3.2. Modelo concetual proposto

Como referido acima, o último e quarto objetivo consiste em analisar os fatores que influenciam o IEDA e IQDA. Assim, neste estudo pretende-se analisar se as variáveis apresentadas no modelo concetual (dimensão, desempenho, empresas cotadas, empresas auditadas, setor de atividade ambientalmente crítico, certificação ambiental, empresas com ligação a associações ambientais, nível de abrangência GRI, número total de mulheres, diversidade de género, membros do conselho de administração, proporção de mulheres no conselho de administração, membros independentes no conselho de administração, proporção de membros independentes no conselho de administração e país) apresentam impacto nas variáveis dependentes (IEDA e IQDA). Cada relação estabelecida no modelo dá origem a uma hipótese de investigação. No total foram formuladas 30 hipóteses, como mostra a figura 4.

Figura 4 – Modelo conceitual



Legenda: CA – Conselho de administração

Fonte: Elaboração própria

3.3. Hipóteses de investigação

As grandes empresas são mais propensas a divulgar informação ambiental porque dispõem de fundos suficientes para suportar os custos de divulgação desse tipo de informação (Akbas, 2014). Neste sentido, Ezhilarasi e Kabra (2017) e Elshabasy (2018) verificam que a dimensão da empresa tem uma relação direta e positiva com o NDA. Assim, neste estudo é formulada a seguinte hipótese de investigação:

H1: As empresas de maior dimensão apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub hipóteses:

H1.1: As empresas de maior dimensão apresentam um IEDA superior.

H1.2: As empresas de maior dimensão apresentam um IQDA superior.

A lucratividade é um importante indicador do desempenho da empresa (Juhmani, 2014). Segundo Brammer e Pavelin (2006), as empresas com mais lucros são aquelas que mais facilidade têm para cobrir os custos ligados à divulgação ambiental. De igual modo, Elshabasy (2018) defende que as entidades com maior lucratividade também têm mais qualidade na divulgação da informação ambiental, não tendo grande secretismo associado à apresentação da informação. A maioria dos estudos deparam-se com uma relação positiva entre EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*) e NDA, embora o estudo de Kathy Rao *et al.* (2012) sustente uma relação negativa entre ambas as variáveis. Neste estudo espera-se uma relação positiva entre o desempenho da empresa e o NDA. Por isso, formula-se a segunda hipótese de investigação:

H2: As empresas com um desempenho superior apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H2.1: As empresas com um desempenho superior apresentam um IEDA superior.

H2.2: As empresas com um desempenho superior apresentam um IQDA superior.

Alguns estudos mostram que existem diferenças na divulgação da informação em função das empresas serem ou não cotadas em Bolsa (Ahmad *et al.*, 2017; Roque & Cortez, 2006). Segundo Alcaraz-Quiles *et al.* (2017), as empresas cotadas assumem um compromisso de divulgação do seu desempenho aos *stakeholders*, assim como, existe uma maior expectativa relativamente à qualidade da informação que é divulgada. Neste contexto, é apresentada a terceira hipótese de investigação:

H3: As empresas cotadas são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H3.1: As empresas cotadas são as que apresentam um IEDA superior.

H3.2: As empresas cotadas são as que apresentam um IQDA superior.

Depoers (2000) evidencia que o nível de divulgação está estatisticamente relacionado com os relatórios auditados, pois relatórios auditados por uma entidade externa reflete que a empresa dispõe de um maior fluxo de caixa e, portanto, terá uma maior aceitabilidade juntos dos *stakeholders*. Num estudo mais aprofundado, Sousa (2018) verifica que o facto dos relatórios serem auditados por entidades reconhecidas e externas servem como um incentivo para a divulgação da informação e que, auditores competentes têm maior probabilidade de estar relacionados a clientes que tenham um maior nível de divulgação de informação nos seus relatórios anuais. Neste contexto, é formulada a seguinte hipótese:

H4: Empresas auditadas são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H4.1: Empresas auditadas são as que apresentam um IEDA superior.

H4.2: Empresas auditadas são as que apresentam um IQDA superior.

As características de um setor de atividade afetam a qualidade da informação concebida (Fontana *et al.*, 2015). De acordo com Domingos (2010), as empresas ao atuar em setores ambientalmente sensíveis têm um maior impacto ambiental e, por isso, tendem a divulgar o seu desempenho para mostrar que são responsáveis. Desta forma, formula-se a quinta hipótese de investigação:

H5: As empresas que pertencem a setores de atividade considerados ambientalmente críticos apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H5.1: As empresas que pertencem a setores de atividade considerados ambientalmente críticos apresentam um IEDA superior.

H5.2: As empresas que pertencem a setores de atividade considerados ambientalmente críticos apresentam um IQDA superior.

A *International Organization of Standardization* (ISO) 14001, um sistema de gestão ambiental (SGA), inclui um conjunto de diretrizes que devem ser implementadas de maneira a instituírem as suas políticas ambientais e definir os objetivos para a melhoria, de modo a corrigir possíveis danos e problemas a nível ambiental (Morrow & Rondinelli, 2002). Para a aplicação da ISO 14001, Weaver (1996), identifica algumas ações que

devem ser desenvolvidas pelas empresas: estabelecer uma posição de estratégia ambiental; definir uma política ambiental; adotar novos sistemas de gestão ambiental; elaborar um plano para cumprir os requisitos das políticas ambientais; deter capacidades humanas, financeiras e técnicas para cumprir as iniciativas; monitorizar e avaliar o desempenho ambiental e rever e melhorar regularmente os sistemas de gestão ambiental.

Archel e Lizarraga (2001) indicam que as empresas que adotam um SGA apresentam uma evolução positiva no índice de divulgação ambiental. Nesse sentido, Monteiro (2007) refere que as empresas têm melhores desempenhos ambientais quando são certificadas, o que incentiva a sua divulgação nos seus relatórios. Com base no exposto, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

H6: Empresas com certificação ambiental são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H6.1: Empresas com certificação ambiental são as que apresentam um IEDA superior.

H6.2: Empresas com certificação ambiental são as que apresentam um IQDA superior.

A preservação do meio ambiente é um tema explorado por todos os meios de comunicação, o que tem incentivado as empresas a procurarem instrumentos com os quais consigam alcançar os objetivos para o desenvolvimento sustentável e valorizam por isso, a presença em eventos e em associações ambientais para demonstrar o seu envolvimento com questões ambientais e sociais (Moreira, 2009; Bassett *et al.*, 2010). Assim, espera-se que as empresas com ligações a associações ambientais apresentem melhores índices de divulgação ambiental, Por isso, neste estudo, é formulada a sétima hipótese:

H7: As empresas com ligação a associações ambientais são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H7.1: As empresas com ligação a associações ambientais são as que apresentam um IEDA superior.

H7.2: As empresas com ligação a associações ambientais são as que apresentam um IQDA superior.

Segundo a GRI (2011), os relatórios de sustentabilidade consistem na prática de divulgar informação de qualidade aos *stakeholders*, no âmbito do seu desempenho económica, social e ambiental. As empresas que divulgam informação ambiental de forma transparente, seja positiva ou negativa, de acordo com os princípios e valores da empresa e com base nas diretrizes GRI, demonstram um desempenho adequado, o que pode contribuir para melhores níveis de divulgação ambiental (Gomes & Eugénio, 2012). Com base no exposto, neste estudo formula-se a oitava hipótese de investigação:

H8: As empresas que divulgam no nível abrangente das normas GRI são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H8.1: As empresas que divulgam no nível abrangente das normas GRI são as que apresentam um IEDA superior.

H8.2: As empresas que divulgam no nível abrangente das normas GRI são as que apresentam um IQDA superior.

Segundo Torchia *et al.* (2011), quando a participação feminina nas empresas é baixa, as mulheres poderão não ter a capacidade de influenciar a tomada de decisão, não tendo, por isso, oportunidades para influenciarem o nível de informação divulgada. Por outro lado, Orazalin *et al.* (2020) concluiu que as mulheres fornecem às empresas capital humano e relacional, o que traz uma visão diferenciada da gestão empresarial, cujo efeito positivo também se estende à divulgação da informação. Tendo em conta o referido, são apresentadas as seguintes hipóteses:

H9: Empresas com mais mulheres nas empresas são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H9.1: Empresas com mais mulheres nas empresas são as que apresentam um IEDA superior.

H9.1: Empresas com mais mulheres nas empresas são as que apresentam um IQDA superior.

H10: Empresas com diversidade de género nas empresas apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H10.1: Empresas com diversidade de género nas empresas apresentam um IEDA superior.

H10.2: Empresas com diversidade de género nas empresas apresentam um IQDA superior.

A dimensão do conselho de administração é um mecanismo importante na gestão das empresas (Oliveira, 2016). Segundo Albitar (2015), se “*o tamanho do conselho de administração for maior, a eficiência do desempenho das empresas também é maior*”, pois existe uma vasta experiência coletiva para ajudar na tomada de decisões. Deste modo, deduz-se que a dimensão do conselho de administração esteja positivamente associada ao nível de divulgação de informação ambiental (Allegrini & Greco, 2013). Face ao exposto, a décima primeira hipótese de investigação é formulada da seguinte forma:

H11: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H11.1: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.

H11.2: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.

Para Bear *et al.* (2010), a diversidade de género refere-se à composição de género, nomeadamente ao número de mulheres nos conselhos de administração. A presença feminina no conselho de administração tem um impacto significativo na RSE (Sial *et al.*, 2018; Bear *et al.*, 2010). De acordo com Tiron-Tudor *et al.* (2020), “*homens e mulheres têm raciocínios morais diferentes, as mulheres usam mais raciocínios de cuidado e atitudes protetoras*”. Outros estudos mostram que a presença de mulheres nos conselhos de administração influencia positivamente o nível de informação nos relatórios (Frias-Aceituno *et al.*, 2013; Tiron-Tudor *et al.*, 2020). A presença de mulheres no conselho de administração pode ser calculada tanto pelo número de mulheres no conselho como pela percentagem de mulheres no mesmo (o número de mulheres presentes no conselho de

administração dividido pelo número total de membros do conselho). Assim, formula-se a seguinte hipótese:

H12: Empresas com diversidade de género no conselho de administração são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H12.1: Empresas com diversidade de género no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.

H12.2: Empresas com diversidade de género no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.

Segundo Haniffa e Cooke (2002), quanto melhor for desempenhado o papel de controlo pelos membros independentes, melhor será a eficácia do conselho de administração. A presença de administradores independentes no conselho de administração é elementar, dado que defendem os interesses gerais dos acionistas contra um possível comportamento oportunista por parte dos gestores e também contribuem, através da sua experiência, para uma melhor atividade da empresa (Barros *et al.*, 2013). Investigação prévia indica que a presença de membros independentes no conselho de administração contribua a extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental (Majeed *et al.*, 2015). Assim, seguintes hipóteses são formuladas neste estudo:

H13: Empresas com um maior número de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H13.1: Empresas com um maior número de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.

H13.2: Empresas com um maior número de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.

H14: Empresas com uma maior proporção de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um NDA superior.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H14.1: Empresas com uma maior proporção de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.

H14.2: Empresas com uma maior proporção de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.

Segundo Hossain e Hammami (2009), a divulgação voluntária da informação depende da cultura, do sistema jurídico e institucional e do país, pois em virtude do impacto das atividades ambientais, as empresas tendem a divulgar as suas práticas diferenciadoras, considerando as diferenças associadas ao país a que pertencem. A tendência é de existir diferenças na divulgação entre os países, algo que resulta das diferentes realidades expetativas sociais (Grecco *et al.*, 2013). Deste modo, formula-se a última hipótese de investigação em estudo:

H15: O país das empresas influencia o NDA.

Esta hipótese divide-se em duas sub-hipóteses:

H15.1: O país das empresas influencia o IEDA.

H15.2: O país das empresas influencia o IQDA.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

4.1. Metodologia

Este estudo envolve a abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa refere-se ao uso da técnica de análise de conteúdo de relatórios (relatório e contas, relatórios integrados e relatórios de sustentabilidade) de empresas portuguesas e brasileiras publicadas no período de 2016 a 2020. Para analisar o efeito da introdução do Decreto-Lei 89/2017, de 28/07 (Portugal) e da Resolução Nº 4557/2017, de 23 de fevereiro (Brasil) na divulgação de informação ambiental, optou-se por analisar relatórios antes e depois de 2018.

A seleção das empresas foi realizada no site GRI (<https://www.globalreporting.org>), ou seja, a seleção recaiu nas empresas com registo de relatórios na base de dados da GRI no período em análise. No caso de ausência de relatórios de um determinado ano ou período, optamos por recolher o relatório da página *web* da empresa, caso se verifique a sua existência.

A amostra final é constituída por 120 empresas, 49% empresas portuguesas e 51% empresas brasileiras. A tabela 8 apresenta as empresas incluídas na amostra.

Tabela 8 – Composição da amostra

Empresas Portuguesas		Empresas Brasileiras	
<ul style="list-style-type: none"> • Águas de Lisboa e Vale do Tejo • Águas de Portugal • Altri • ANA Aeroportos • APDL • APS • APSS • Atlântico Europa Bank • Auchan • Bondalti • Brisa • Caixa Geral de Depósitos • Carris • Celbi • Correios de PT - CTT • Corticeira Amorim • CP - Comboios de PT • Delphi Automotive • EDP 	<ul style="list-style-type: none"> • Luís Simões • Metro do Porto • Metro de Lisboa • Millennium BCP • Mota-Engil SGPS • Nestlé Portugal • NOS • Novo Banco • REN • Resíduos do Nordeste • RTP • Santa Casa da Misericórdia de Lisboa • Santa Casa da Misericórdia do Porto • Santander Totta • Secil • Simarsul • Sonae • Sonae Indústria • Sonae Sierra • Sovena 	<ul style="list-style-type: none"> • A. C. Camargo Cancer Center • Aegea • AES Tietê • AmBev • B2W Companhia Digital • Banco do Brasil • Biosev • BRF S.A. • BSBIOS Energia Renovável • CEEE-D • CEEE-GT • Celulose Irani • Cenibra • Centrais Elétricas do Pará (Celpa) • CESP • CHESF • Copagaz • Copel • CTG Brasil • Duratex • Eletrobrás Furnas 	<ul style="list-style-type: none"> • Neoenergia • Nexa Resources • Ocyan • OuroFino - Saúde Animal • Petrobras • Racional Engenharia • Rede D'OR São Luiz • Renault Brasil • Sabesp • Sanasa • Sanofi Brasil • São Martinho • SETA Engenharia • Sicredi • Sirio Libanes Hospital • Sistema Federação das Indústrias Estado do Paraná • Suzano Papel e Celulose • TAESA • Toyota do Brasil

<ul style="list-style-type: none"> • EPAL • Galp • Gestamp Aveiro • Hovione • Huf Portuguesa • INCM • Jerónimo Martins • José de Mello Saúde • Lidl Portugal • Lipor • Logoplaste 	<ul style="list-style-type: none"> • Sumol + Compal • TAP Group • Teixeira Duarte • The Navigator Company • TMG Automotive • Tratoxio • Trivalor • Unicer • Vodafone 	<ul style="list-style-type: none"> • Embraer • ENGIE • Fitesa • GOL • Grupo Energisa • Instituto da Oportunidade Social • Itaipu Binacional • Light • Lojas Renner 	<ul style="list-style-type: none"> • Triunfos Participações e Investimentos • Unimed Circuito das Águas • Unimed Cuiabá • Unimed Sorocaba • Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo • Vale • Veracel • Volkswagen do Brasil • Votorantim Cimentos • Votorantim Energia • WEG • Wilson Sons
--	---	---	--

Fonte: Elaboração própria

No total, foram analisados 288 relatórios de empresas portuguesas e 291 de empresas brasileiras. No apêndice I, é apresentada a tabela com a listagem das empresas e o respetivo setor de atividade e, no apêndice II a recolha de informação.

4.2. Mensuração das variáveis

Neste estudo, estima-se dois índices de divulgação, um para a extensão de divulgação ambiental (IEDA) e outro para a qualidade de divulgação ambiental (IQDA).

O IEDA e IQDA resultará da seguinte fórmula:

$$IEDA_n \text{ e } IQDA_n = \sum_{j=1}^e e_j / e$$

- e_j – Número de indicadores incluídos no relatório
- e – Número total de indicadores

A análise da divulgação de informação ambiental foi realizada com base nos indicadores de Categoria Ambiental GRI 300 (2020), apresentados na tabela 7. A extensão de divulgação ambiental foi analisada utilizando o critério usado em estudos anteriores (Monteiro *et al.*, 2021), ou seja, com base numa variável dicotómica *dummy*, em que “1” significa que a informação é divulgada e “0” caso não seja divulgada ou não corresponda à informação solicitada. Relativamente à análise da qualidade de divulgação ambiental, para os mesmos indicadores utilizou-se a escala do estudo de Evangelinos *et al.* (2018), ou seja, uma escala de 0 a 4, explicada de seguida.

0 – Não divulga. O relatório analisado não inclui nenhuma informação relevante para o tópico/indicador GRI específico;

1 – Divulga entre 1% e 24% da informação. O relatório fornece declarações genéricas, sem informações específicas sobre a abordagem da empresa;

2 – Divulga entre 25% e 49% da informação. O relatório inclui informações importantes sobre o indicador, mas ainda existem certas omissões, ou seja, a empresa identifica a questão avaliada, mas não a apresenta suficientemente;

3 – Divulga entre 50% e 74% da informação. As informações contidas são adequadas e claras. A empresa desenvolveu os processos necessários para a recolha dos dados sobre o indicador avaliado e tenta apresentá-lo de maneira consistente, contudo, a informação não está completa;

4 – Divulga entre 75% e 100% da informação. A informação para o indicador pode ser caracterizada como “completa” no relatório, caso apresente uma boa organização, procedimentos e resultados relevantes para abordar o problema. A empresa atende aos requisitos específicos da GRI.

Para analisar os fatores que influenciam o IEDA e o IQDA utiliza-se as seguintes regressões para testar as hipóteses (duas equações):

$$IEDA_n = \beta_0 + \beta_1 DIM_n + \beta_2 DES_n + \beta_3 EC_n + \beta_4 E_AUD_n + \beta_5 IND_n + \beta_6 CER_n + \beta_7 L_AMB_n + \beta_8 NAB_n + \beta_9 TM_n + \beta_{10} DIV_G_n + \beta_{11} MCA_n + \beta_{12} PM_CA_n + \beta_{13} MI_CA_n + \beta_{14} PMI_CA_n + \beta_{15} PAIS_n \text{ (Equação 1)}$$

$$IQDA_n = \beta_0 + \beta_1 DIM_n + \beta_2 DES_n + \beta_3 EC_n + \beta_4 E_AUD_n + \beta_5 IND_n + \beta_6 CER_n + \beta_7 L_AMB_n + \beta_8 NAB_n + \beta_9 TM_n + \beta_{10} DIV_G_n + \beta_{11} MCA_n + \beta_{12} PM_CA_n + \beta_{13} MI_CA_n + \beta_{14} PMI_CA_n + \beta_{15} PAIS_n \text{ (Equação 2)}$$

As variáveis explicativas são definidas da seguinte forma:

- **DIM (Dimensão da empresa)** – assume o valor do ativo, do respetivo ano;
- **DES (Desempenho)** – o desempenho de cada empresa é medido através do EBIT, do respetivo ano;
- **EC (Empresas cotadas)** – assume o valor de “1” nas empresas que sejam cotadas e “0” caso contrário;
- **E_AUD (Empresas auditadas)** – assume o valor “1” nas empresas auditadas e “0” se não for auditada;

- **IND (Setor de atividade crítico)** – assume o valor de “1” se a empresa pertence a um setor considerado ambientalmente crítico, ou “0” caso contrário. As indústrias ambientalmente críticas são as indústrias de energia, produtos florestais e de papel e óleo/petróleo (Archel & Lizarraga, 2001);
- **CER (Certificação ambiental)** – assume o valor de “1” nas empresas que apresentam certificação ambiental no âmbito da ISO 14001, ou “0” caso contrário;
- **L_AMB (Ligação ao ambiente)** – assume o valor de “1” nas empresas que têm ligações a associações ambientais e “0” as empresas sem ligação a associações ambientais;
- **NAB (Nível de abrangência)** – assume o valor de “1” nas empresas que, de acordo com as normas GRI relatam um nível de aderência essencial e “2” abrangente;
- **TM (Número total de mulheres)** – representa o número total de mulheres na empresa;
- **DIV_G (Diversidade de género)** – representa a proporção de mulheres no total de colaboradores da empresa;
- **MCA (Membros do conselho de administração)** – número de membros do conselho de administração;
- **PM_CA (Proporção de mulheres no conselho de administração)** – número de mulheres do conselho de administração no número total de membros do conselho.
- **MI_CA (Membros independentes)** – número de membros independentes no conselho de administração;
- **PMI_CA (Proporção de membros independentes no conselho de administração)** – número de membros independentes do conselho de administração no número total de membros do conselho;
- **PAIS (Países)** – assume o valor de “1” se o país da empresa for Portugal e “2” se for Brasil;

4.3. Análise dos dados

Neste estudo é realizada, primeiramente, uma análise descritiva da amostra apresentada. Após a mesma estar feita e, de modo a testar as hipóteses de investigação é efetuada uma análise de regressão linear.

Para auxílio de toda a investigação, a análise descritiva da amostra é realizada no *software IBM Statistics SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, versão 22 e a análise de regressão linear em painel no *software EViews 12*, versão *Student Lite*.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1. Análise descritiva da amostra

O presente estudo é realizado com base numa amostra, que é composta por 120 empresas portuguesas e brasileiras. A amostra está distribuída por vários setores de atividade. Os setores de atividade com mais frequência são: “Energia” (9,80%), “Saúde” (7,00%), “Produtos florestais e de papel” (6,30%), “Automóveis” (5,60%), “Indústria alimentar” (5,60%), “Utilitários de água” (5,60%) e “Serviços financeiros” (4,90%).

A tabela 9 expõe a frequência de empresas por setor de atividade.

Tabela 9 – Frequência de empresas por setor de atividade

Setor de Atividade	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Energia	14	9,80
Saúde	10	7,00
Produtos florestais e de papel	9	6,30
Automóveis	8	5,60
Indústria alimentar	8	5,60
Utilitários de água	8	5,60
Serviços financeiros	7	4,90
Outros	6	4,20
Utilitários de energia	6	4,20
Construção	5	3,50
Ferrovia	5	3,50
Logística	5	3,50
Aviação	4	2,80
Gestão de resíduos	4	2,80
Serviços / Sem fins lucrativos	4	2,80
Agricultura	3	2,10
Mineração	2	1,40
Produtos alimentares e bebidas	2	1,40
Telecomunicações	2	1,40
Agência pública	1	0,70
Conglomerados	1	0,70
Imobiliária	1	0,70
Media	1	0,70
Químicos	1	0,70

Retalho	1	0,70
Serviços comerciais	1	0,70
Têxteis e vestuário	1	0,70
Total	120	100,00

Fonte: Elaboração Própria

Conforme referido anteriormente, as indústrias consideradas ambientalmente críticas são do setor de energia, produtos florestais e de papel, óleo e petróleo (Archel & Lizarraga, 2001; Deegen & Gordon, 1996). Segundo a mesma classificação dos autores, 37% das empresas pertencem a um setor de atividade considerado ambientalmente crítico, conforme apresenta a tabela 10.

Tabela 10 – Frequência de empresas por setor de atividade considerado ambientalmente crítico

Setor de atividade ambientalmente crítico	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Sim	44	37,00
Não	76	63,00
Total	120	100,00

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 11 exibe que, em média, 85,30% das empresas divulgarem informações ambientais nos seus relatórios entre 2016 a 2020. Além disso, a tabela mostra um aumento do número de empresas com relatórios dos anos entre 2016 e 2018. Em 2019 e 2020, o número de relatórios diminui. De salientar que algumas empresas não elaboraram relatórios anualmente.

Tabela 11 – Frequência empresas que divulgam informações ambientais

Nível de divulgação	2016		2017		2018		2019		2020		Média	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Não Divulga	22	18	16	13	15	12,50	18	15	15	15	17	14,70
Divulga	98	82	104	87	105	87,50	99	85	87	85	99	85,30
Total	120	100	120	100	120	100	117	100	102	100	116	100

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 12 apresenta o número total dos relatórios analisados. Como é possível observar, 62% dos relatórios são relatórios de sustentabilidade.

Tabela 12 – Frequência dos relatórios analisados

Tipo de relatório	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Relatório anual	173	30,00
Relatório integrado	47	8,00
Relatório de sustentabilidade	359	62,00
Total	579	100,00

Fonte: Elaboração própria

A tabela 13 apresenta os documentos analisados no estudo (relatório anual, integrado e de sustentabilidade). Pode-se verificar que a maioria das empresas divulga informação não financeira utilizando os relatórios de sustentabilidade (59%), seguindo-se os relatórios anuais (18%) e, por fim, os relatórios integrados (8%). Conseqüentemente, após análise da divulgação ambiental, verifica-se que é no relatório anual que a divulgação de informação está mais ausente.

Tabela 13 – Frequência da divulgação da informação ambiental nos diferentes tipos de relatórios

Tipo	Nível	2016		2017		2018		2019		2020		Média	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Anual	N.D.	20	17	12	10	12	10	14	12	11	11	13	11
	D	16	13	23	19	22	18	21	18	22	21	21	18
Integrado	N.D.	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1
	D	5	4	3	2,5	9	7	12	10	15	15	9	8
Sustentabilidade	N.D.	2	2	3	2,5	2	2	3	3	4	4	3	3
	D	77	64	78	65	74	62	66	56	50	49	69	59
Total		120	100	120	100	120	100	117	100	102	100	116	100

Legenda: N.D. - Não divulga; D - Divulga

Fonte: Elaboração própria

A tabela 14 mostra que, em média, 59% das empresas tem certificação ambiental no âmbito de ISO 14001.

Tabela 14 – Frequência da divulgação referente à certificação ambiental

Certificação	Nível	2016		2017		2018		2019		2020		Média	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
ISO 14001	N.D.	52	43	48	40	46	38	47	40	41	40	47	41
	D	68	57	72	60	74	62	70	60	61	60	69	59
Total		120	100	120	100	120	100	117	100	102	100	116	100

Legenda: N.D. - Não divulga; D - Divulga

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao conselho de administração, a tabela 15 expõe as estatísticas descritivas sobre o número de membros e de membros independentes do conselho de administração. Como se observa, o número médio de membros do conselho de administração é 8. Relativamente aos membros independentes do conselho de administração, o valor médio de membros é 3. De salientar que nem todas as empresas analisadas tinham conselho de administração, sendo estas compostas por gestores ou gerentes.

Tabela 15 – Número de membros do conselho de administração

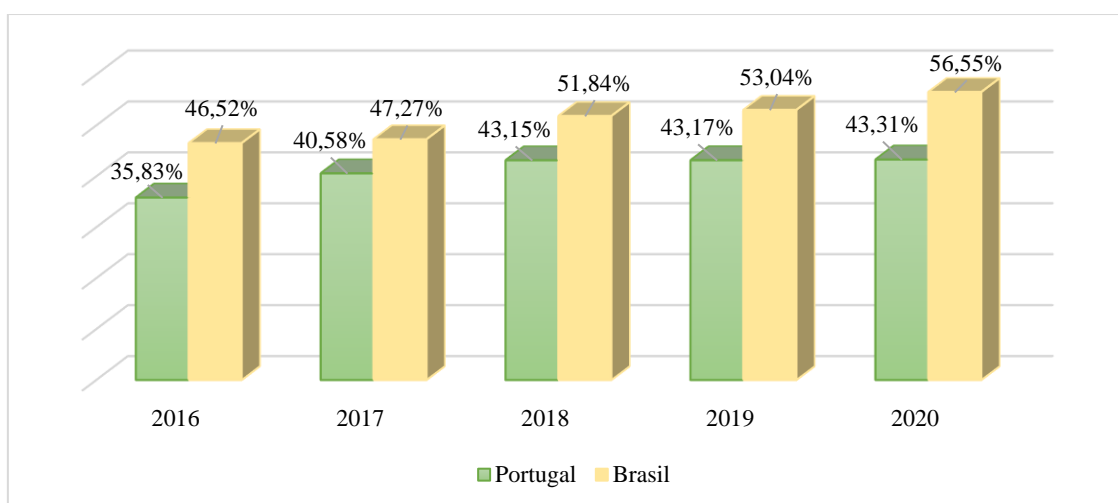
Conselho de Administração	Média	Média (b)/(a) (%)	Desvio Padrão
Número de administradores (a)	7,69	42,5	3,765
Número de membros independentes (b)	3,27		1,871

Fonte: Elaboração própria

5.2. Resultados

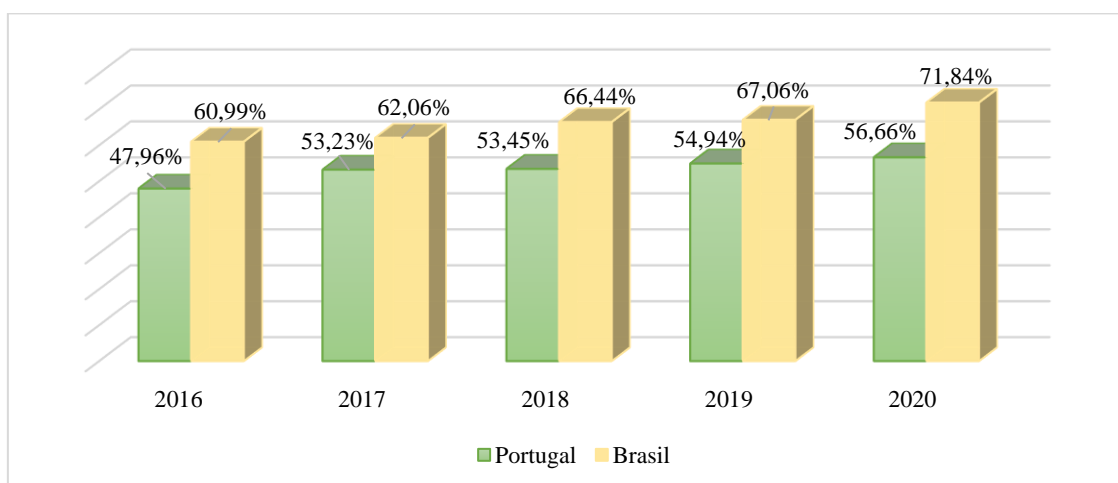
O primeiro objetivo deste estudo consiste em analisar a evolução do IEDA e IQDA e se esta foi influenciada pela introdução do Decreto-Lei 89/2017, de 28 de julho (Portugal) e Resolução N° 4557/2017, de 23 de fevereiro (Brasil). Conforme os gráficos 1 e 2, ambos os países apresentam um crescimento do IEDA e do IQDA ao longo dos anos, sendo o Brasil aquele que apresenta melhores níveis de divulgação ambiental.

Gráfico 1 – Evolução do IEDA no período de 2016 a 2020



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2 – Evolução do IQDA no período de 2016 a 2020



Fonte: Elaboração própria

Em relação ao IEDA, conclui-se que:

- De 2016 a 2017: em Portugal aumenta 10,99% e no Brasil 1,75%;
- De 2017 a 2018: em Portugal aumenta apenas 0,41% e no Brasil 7,06%;
- De 2018 a 2019: em Portugal aumenta 2,79% e no Brasil apenas 0,93%;
- De 2019 a 2020: em Portugal aumenta 3,13% e no Brasil 6,62%.

Em relação ao IQDA, conclui-se que:

- De 2016 a 2017: em Portugal aumenta 13,26% e no Brasil 1,62%;
- De 2017 a 2018: em Portugal aumenta 6,33% e no Brasil 9,68%;

- De 2018 a 2019: em Portugal aumenta apenas 0,03% e no Brasil 2,31%;
- De 2019 a 2020: em Portugal aumenta novamente 0,03% e no Brasil 6,61%.

Assim, neste estudo verifica-se que a introdução da Resolução N° 4557/2017, de 23 de fevereiro (Brasil) poderá ter contribuído para o aumento do NDA (IEDA e IQDA), uma vez que, apesar de uma tendência de crescimento entre 2016 e 2020, é no ano de 2018 que a taxa de crescimento se apresenta superior. O mesmo não se verifica para a introdução do Decreto-Lei 89/2017, de 28 de julho, em Portugal. Contudo, salienta-se que nem todas as empresas analisadas estão sujeitas aos normativos indicados, o que não se pode com certeza associar ao aumento do NDA à introdução dos referidos normativos.

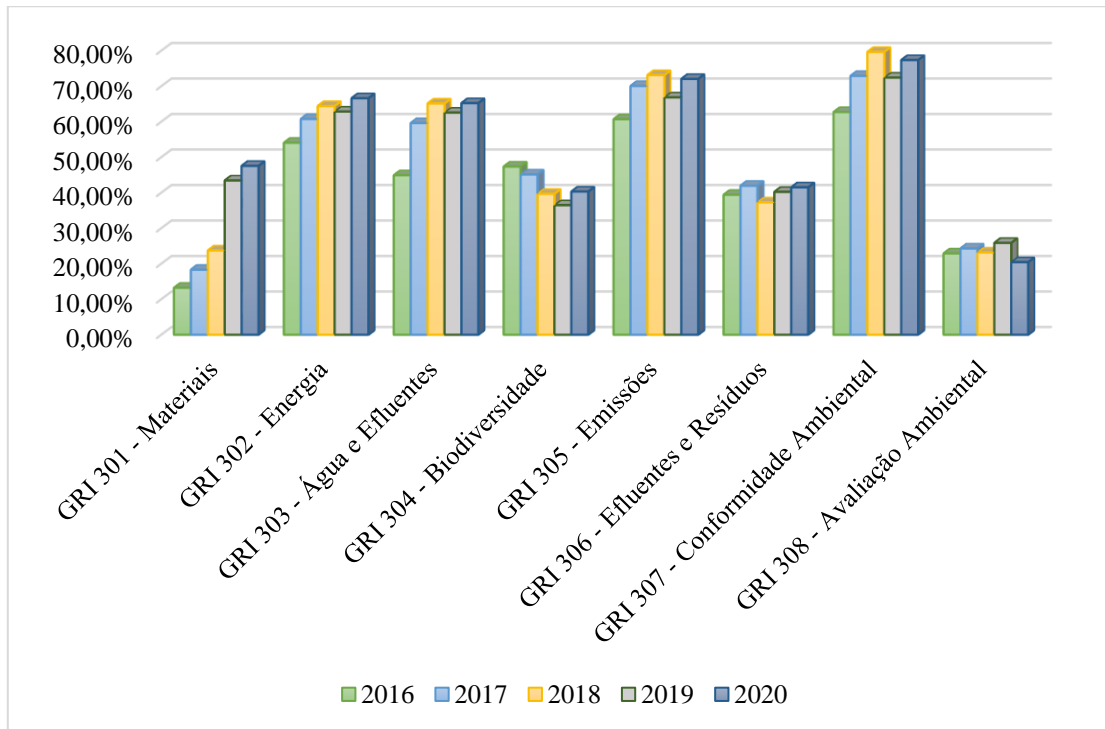
O segundo objetivo deste estudo consiste em identificar em que indicador GRI 300 se verifica maior extensão e qualidade da divulgação da informação ambiental. A tabela 16 apresenta as médias percentuais por indicador, para o período de 2016 a 2020. Tendo em conta os gráficos seguintes, referente ao IEDA (gráficos 3 e 4) e ao IQDA (gráficos 5 e 6), o indicador 307 – Conformidade Ambiental é o que apresenta melhores índices de divulgação ambiental, tendo em Portugal, índices de divulgação superiores a 72% e no Brasil, índices superiores a 93%. Seguidamente, os indicadores 305 – Emissões, 302 – Energia, 303 – Água e efluentes, 304 – Biodiversidade, 306 – Efluentes e resíduos apresentam índices de divulgação compreendidos entre 30% e 80%. Nos indicadores com níveis de divulgação mais baixos encontram-se os 301 – Materiais e 308 – Avaliação. Esta tendência é observada tanto no IEDA como no IQDA, exceto no IQDA das empresas do Brasil, em que o indicador 301 – Materiais é mais divulgado do o 306 – Efluentes e resíduos. Assim, neste estudo é possível concluir que as empresas de ambos os países apresentam melhores índices de divulgação nos seguintes indicadores: GRI 307, GRI 305 e GRI 302.

Tabela 16 – Média por indicador GRI 300, no período de 2016 a 2020

		301	302	303	304	305	306	307	308
IEDA	PT	29,25%	61,74%	59,49%	41,80%	68,56%	40,08%	73,01%	23,33%
	BR	54,72%	77,80%	71,50%	59,89%	79,46%	40,00%	93,07%	33,46%
IQDA	PT	32,17%	45,73%	40,89%	32,50%	52,72%	36,87%	72,66%	20,21%
	BR	38,74%	55,43%	52,59%	45,72%	65,84%	31,58%	93,35%	31,07%

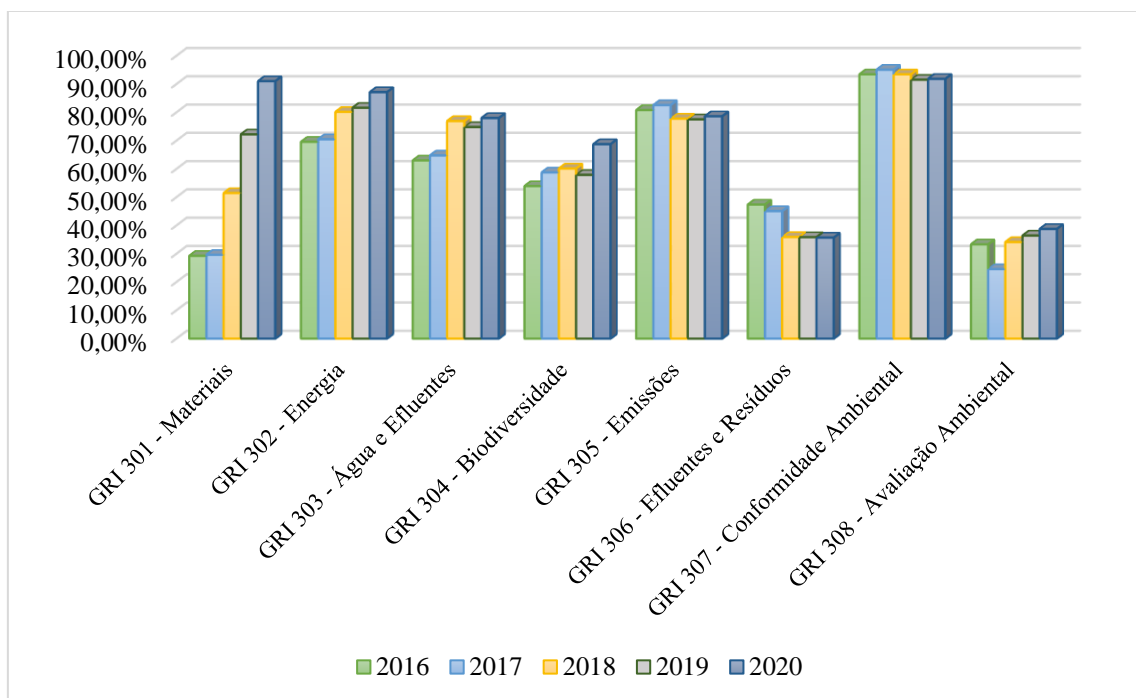
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3 – Evolução do IEDA por indicador GRI 300 em Portugal, no período de 2016 a 2020



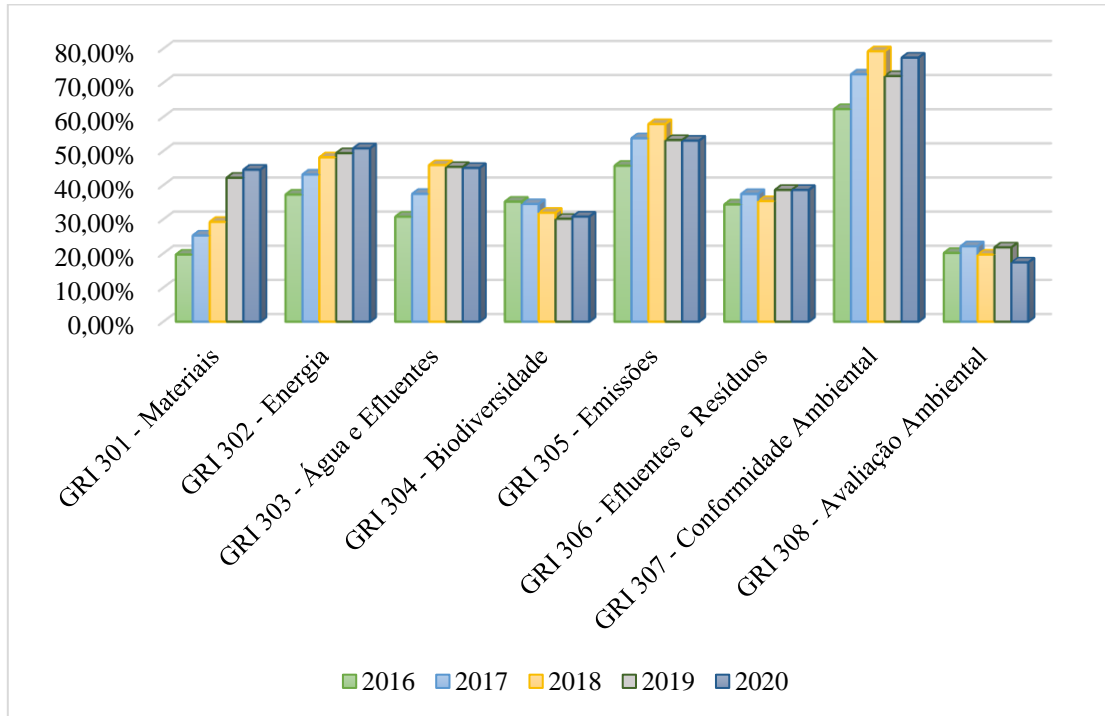
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4 – Evolução do IEDA por indicador GRI 300 no Brasil, no período de 2016 a 2020



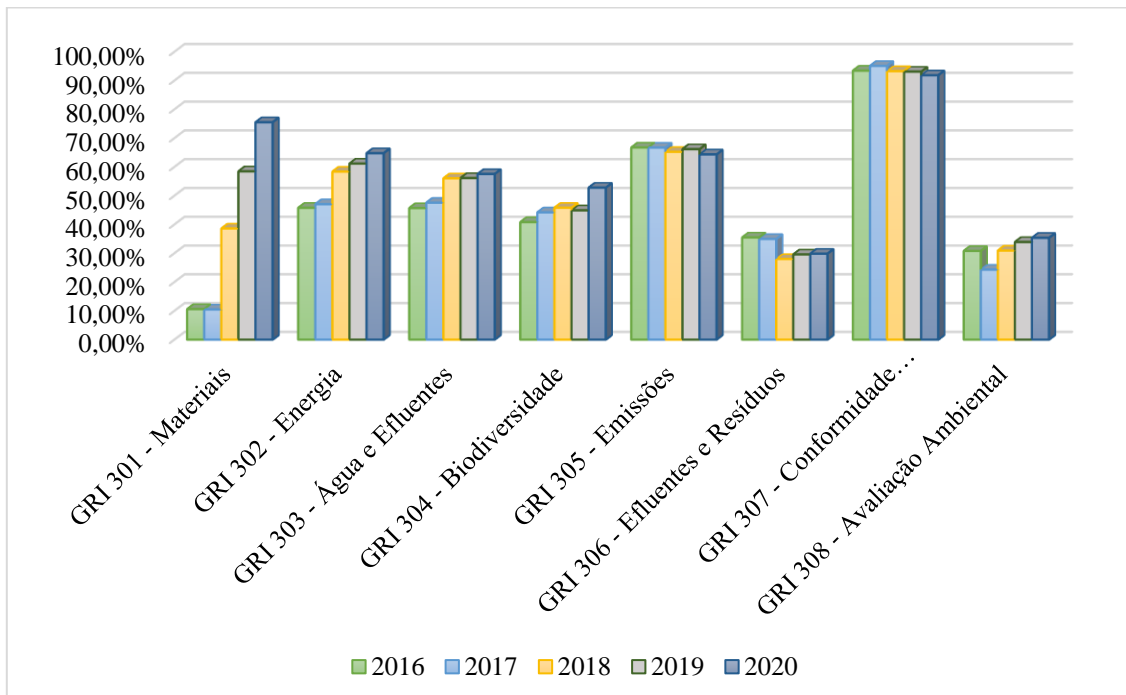
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5 – Evolução do IQDA por indicador GRI 300 em Portugal, no período de 2016 a 2020



Fonte: Elaboração própria

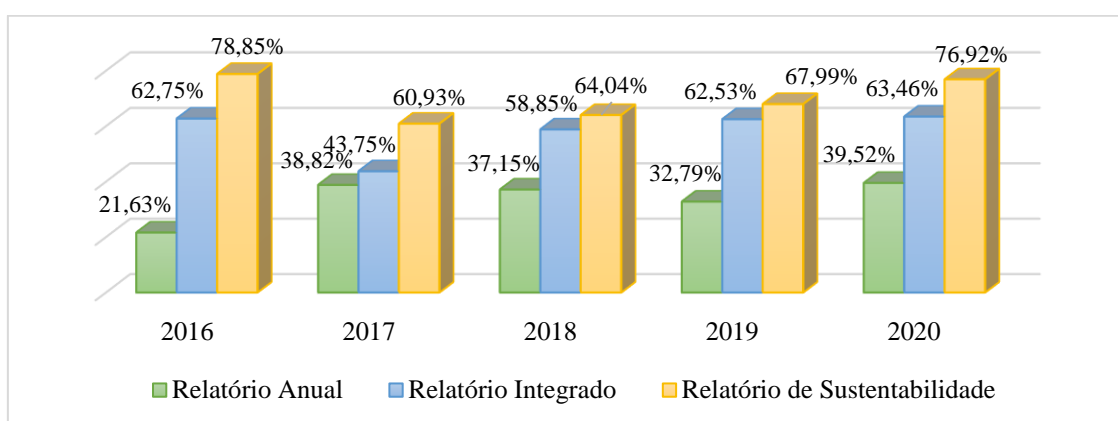
Gráfico 6 – Evolução do IQDA por indicador GRI 300 no Brasil, no período de 2016 a 2020



Fonte: Elaboração própria

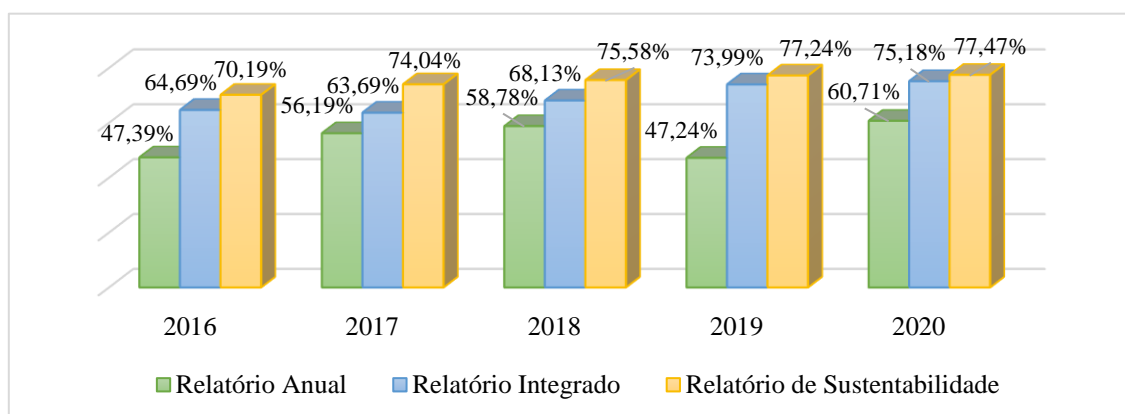
O terceiro objetivo consiste em analisar se a extensão e qualidade da divulgação de informação ambiental varia em função dos tipos de relatórios empresariais (anual, integrado e sustentabilidade). Segundo os gráficos 9 e 10 (IEDA) e os gráficos 11 e 12 (IQDA), pode-se observar que o relatório que apresenta melhores índices da divulgação de informação ambiental (extensão e qualidade) é o relatório de sustentabilidade, seguindo o relatório integrado e, por fim o relatório anual. Isto é observado nos dois países. No entanto, Portugal destaca-se em 2016 com maiores níveis de divulgação ambiental nos relatórios de sustentabilidade, tanto no IEDA como no IQDA. O Brasil destaca-se nos anos seguintes, de 2017 a 2020.

Gráfico 7 – Evolução do IEDA das empresas portuguesas por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020



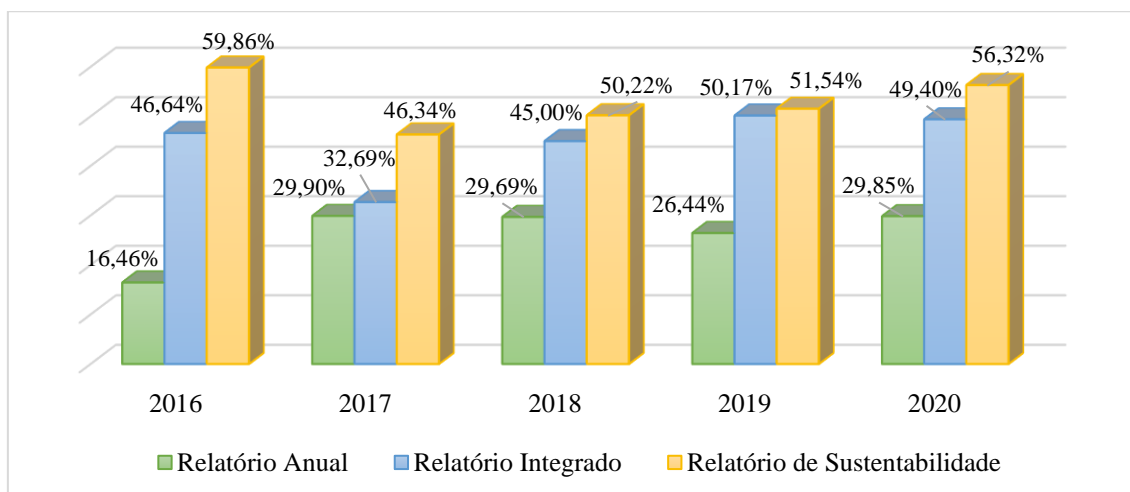
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8 – Evolução do IEDA das empresas brasileiras por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020



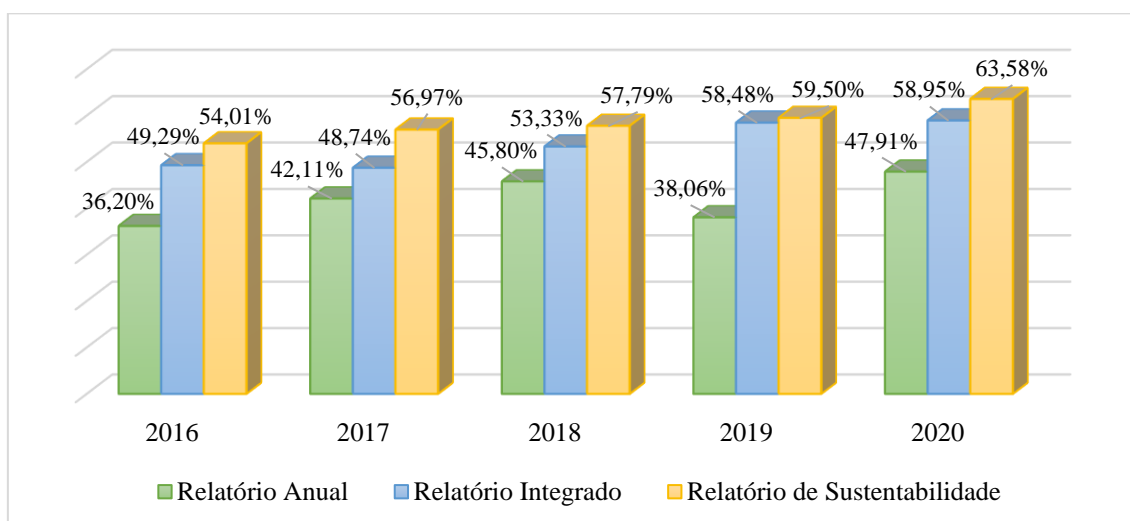
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 9 – Evolução do IQDA das empresas portuguesas por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 10 - Evolução do IQDA das empresas brasileiras por tipo de relatório, no período de 2016 a 2020

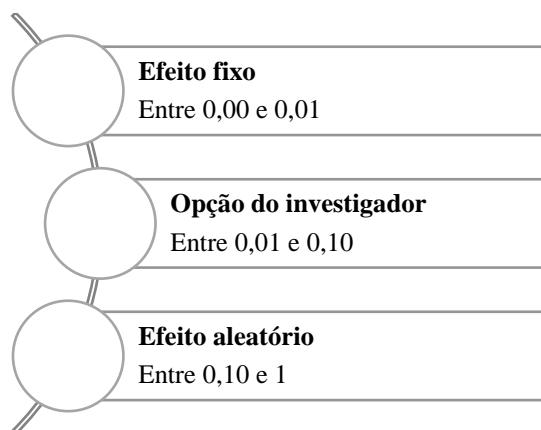


Fonte: Elaboração própria

O quarto e último objetivo, consiste em identificar os fatores que contribuem para o IEDA e para o IQDA. Assim, este estudo visa analisar se a dimensão (DIM), o desempenho da empresa (DES), as empresas cotadas (EC), as empresas auditadas (E_AUD), as empresas pertencentes a um setor de atividade ambientalmente crítico (IND), as empresas com certificação ambiental (CER), as empresas com ligação a associações ambientais (L_AMB), o nível de abrangência GRI (NAB), a estrutura do conselho de administração (MCA, PM_CA, MI_CA e PMI_CA) e o país (PAIS) influenciam positivamente o IEDA

e o IQDA. Para isso, neste estudo realiza-se uma análise de regressão linear múltipla com dados em painel. Começa-se esta análise aplicando o teste de *Hausman*, o qual compara os efeitos aleatórios com os efeitos fixos, indicando o tipo de painel a aplicar em função de significância apresentados na figura 5 (Gujarati & Down, 2011).

Figura 5 – Análise dos valores de significância - Efeito fixo ou aleatório



Fonte: Elaboração própria

Como o teste de *Hausman* apresenta um valor $p=0,59$, a opção recai no efeito aleatório. Além disso, Callegari-Jaques (2003) sugere que o teste de correlação seja interpretado conforme os parâmetros apresentados na tabela 17.

Tabela 17 – Interpretação da correlação

Parâmetros	Interpretação
Se $0,00 < p < 0,30$	Correlação linear fraca
Se $0,30 \leq p < 0,60$	Correlação linear moderada
Se $0,60 \leq p < 0,90$	Correlação linear forte
Se $0,90 \leq p < 1,00$	Correlação linear muito forte

Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, conclui-se que os dados apresentam uma correlação linear moderada, pois $p < 0,60$. As tabelas 18 e 19 mostram os valores de correlação entre as variáveis explicativas no IEDA e IQDA, respectivamente.

Tabela 18 – Matriz de correlação de variáveis explicativas – IEDA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1. DIM	8.59E-21														
2. DES	-3.55E-20	9.21E-19													
3. EC	2.18E-13	-9.81E-13	0.001826												
4. E_AUD	5.36E-14	-3.08E-13	-0.000137	0.000544											
5. IND	1.15E-13	-1.84E-12	-0.000266	1.65E-05	0.001356										
6. CER	2.04E-13	-1.97E-13	-2.43E-05	-2.99E-05	-3.91E-05	0.000389									
7. L_AMB	-2.82E-13	8.27E-13	-0.000426	2.92E-05	0.000160	-1.73E-05	0.000957								
8. NAB	7.94E-14	1.40E-13	-2.12E-05	2.06E-05	3.64E-05	-1.64E-05	1.39E-05	0.000219							
9. TM	-1.15E-17	6.20E-17	-2.72E-08	-6.33E-09	7.16E-09	-3.86E-09	1.70E-09	-1.91E-09	6.87E-12						
10. DIV_G	-9.46E-13	-2.32E-13	0.000597	2.21E-05	0.001001	0.000117	0.000165	-3.64E-05	-7.21E-08	0.008494					
11. MCA	3.45E-14	-7.44E-14	-3.99E-05	-3.61E-06	2.04E-06	-2.42E-06	9.35E-06	-1.18E-06	-1.05E-11	-1.84E-05	1.81E-05				
12. PM_CA	-1.27E-13	2.02E-12	7.16E-05	7.69E-06	6.61E-05	2.27E-05	-0.000113	3.08E-05	1.05E-08	6.30E-05	-1.83E-05	0.003657			
13. MI_CA	-1.32E-14	1.97E-13	-1.16E-05	-8.17E-06	-9.04E-06	2.89E-06	-9.77E-06	-1.16E-05	-1.59E-10	-0.000106	-2.80E-05	0.000111	0.000246		
14. PMI_CA	2.24E-13	-2.30E-12	-0.000135	0.000183	1.95E-05	7.34E-05	-0.000137	2.36E-05	-1.27E-08	0.000460	0.000178	-0.001551	-0.001975	0.019843	
15. PAIS	4.56E-13	-8.61E-13	-8.72E-05	0.000173	-0.000134	8.87E-05	0.000111	7.96E-08	-1.75E-08	0.000610	3.82E-06	-6.53E-05	3.89E-05	-0.000769	0.001340

Legenda: DIM – Dimensão; DES – Desempenho; EC – Empresas cotadas; E_AUD – Empresas auditadas; IND – Setor de atividade ambientalmente crítico; CER – Certificação ambiental; L_AMB – Ligação a associações ambientais; NAB – Nível de abrangência segundo GRI; TM – Total de mulheres na empresa; DIV_G – Diversidade de género; MCA – Membros do conselho de administração; PM_CA – Proporção de mulheres no conselho de administração; MI_CA – Membros independentes no conselho de administração; PMI_CA – Proporção de membros independentes no conselho de administração; PAIS – País.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 19 – Matriz de correlação de variáveis explicativas – IQDA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1. DIM	6.43E-21														
2. DES	-2.84E-20	7.34E-19													
3. EC	1.70E-13	-8.14E-13	0.001292												
4. E_AUD	2.71E-14	-2.58E-13	-0.000105	0.000422											
5. IND	8.47E-14	-1.49E-12	-0.000186	1.26E-05	0.000952										
6. CER	1.61E-13	-1.26E-13	-1.85E-05	-2.28E-05	-3.11E-05	0.000308									
7. L_AMB	-2.24E-13	6.88E-13	-0.000316	2.54E-05	0.000117	-1.26E-05	0.000710								
8. NAB	6.32E-14	1.09E-13	-1.52E-05	1.80E-05	2.87E-05	-1.47E-05	5.57E-06	0.000171							
9. TM	-8.82E-18	5.25E-17	-1.90E-08	-5.02E-09	4.87E-09	-3.10E-09	1.33E-09	-1.47E-09	4.85E-12						
10. DIV_G	-7.10E-13	-3.90E-13	0.000433	1.78E-05	0.000727	9.66E-05	0.000123	-3.16E-05	-5.20E-08	0.006177					
11. MCA	2.52E-14	-6.17E-14	-2.98E-05	-3.49E-06	1.45E-06	-1.83E-06	7.39E-06	-1.18E-06	2.76E-11	-1.43E-05	1.36E-05				
12. PM_CA	-1.43E-13	1.89E-12	5.44E-05	7.14E-06	5.13E-05	1.51E-05	-9.76E-05	2.17E-05	8.19E-09	5.46E-05	-1.28E-05	0.002912			
13. MI_CA	-1.04E-14	1.85E-13	-7.17E-06	-5.06E-06	-7.33E-06	8.54E-07	-7.20E-06	-9.03E-06	-1.31E-10	-8.22E-05	-2.21E-05	8.29E-05	0.000192		
14. PMI_CA	1.91E-13	-2.13E-12	-0.000112	0.000124	1.87E-05	6.74E-05	-0.000118	2.12E-05	-1.00E-08	0.000371	0.000143	-0.001176	-0.001555	0.015655	
15. PAIS	3.35E-13	-6.98E-13	-6.29E-05	0.000135	-9.19E-05	7.10E-05	8.60E-05	5.13E-08	-1.26E-08	0.000446	2.18E-06	-5.71E-05	3.18E-05	-0.000615	0.000951

Legenda: DIM – Dimensão; DES – Desempenho; EC – Empresas cotadas; E_AUD – Empresas auditadas; IND – Setor de atividade ambientalmente crítico; CER – Certificação ambiental; L_AMB – Ligação a associações ambientais; NAB – Nível de abrangência segundo GRI; TM – Total de mulheres na empresa; DIV_G – Diversidade de género; MCA – Membros do conselho de administração; PM_CA – Proporção de mulheres no conselho de administração; MI_CA – Membros independentes no conselho de administração; PMI_CA – Proporção de membros independentes no conselho de administração; PAIS – País.

Fonte: Elaboração própria

Assim, neste estudo utiliza-se os dados em painel *Least Squares* (LS), como método para estimar a regressão linear múltipla. A técnica de regressão múltipla, em painel, é utilizada para analisar o efeito das variáveis explicativas nas variáveis dependentes (IEDA e IQDA).

A Tabela 20 apresenta os resultados de regressão para dados em painel. Em relação ao IEDA (equação 1), o modelo é estatisticamente significativo ($F=26,11110$; $p<0,001$; $R^2=0,40$). R^2 sugere que uma parte significativa da variável dependente IEDA (40%) é explicada pelas variáveis explicativas, ou seja, pelas variáveis DES, E_AUD, NAB, PMI_CA e PAIS. As restantes variáveis dependentes não têm impacto significativo no IEDA. No entanto, os resultados mostram que as variáveis desempenho e empresas auditadas apresentam um efeito negativo no IEDA.

Em relação ao IQDA (equação 2), os resultados mostram que o modelo é, igualmente, estatisticamente significativo ($F=23,86334$; $p<0,001$; $R^2 = 0,38$). R^2 corresponde à parte da variável dependente IQDA (38%) que é explicada pelas variáveis explicativas (DES, E_AUD, NAB, PMI_CA). Assim, conclui-se que as variáveis que influenciam o nível de divulgação ambiental são os mesmos, menos a variável PAIS, a qual só demonstrou significativa apenas para a variável dependente IEDA. Como para o IEDA e o IQDA também é influenciado negativamente pelas variáveis desempenho e empresas auditadas.

Tabela 20 – Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS

IEDA – Equação 1					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C		0.052139	0.082694	0.630505	0.5286
DIM	H1.1	1.50E-10	9.27E-11	1.614001	0.1071
DES	H2.1	-3.66E-09	9.59E-10	-3.812502	0.0002*
EC	H3.1	0.045976	0.042728	1.076006	0.2824
E_AUD	H4.1	-0.050782	0.023323	-2.177323	0.0299*
IND	H5.1	0.026312	0.036830	0.714433	0.4753
CER	H6.1	0.013999	0.019725	0.709737	0.4782
L_AMB	H7.1	0.001277	0.030939	0.041287	0.9671
NAB	H8.1	0.255591	0.014794	17.27680	0.0000*
TM	H9.1	-2.39E-06	2.62E-06	-0.909890	0.3633
DIV_G	H10.1	0.143218	0.092164	1.553955	0.1208
MCA	H11.1	0.003076	0.004255	0.723005	0.4700
PM_CA	H12.1	0.048573	0.060476	0.803170	0.4222
MI_CA	H13.1	-0.008591	0.015679	-0.547951	0.5839

PMI_CA	H14.1	0.291784	0.140866	2.071348	0.0388*
PAIS	H15.1	0.072378	0.036602	1.977450	0.0485*
Especificação dos efeitos					
		S.D.		Rho	
<i>Cross-section random</i>		0.164990		0.6285	
<i>Idiosyncratic random</i>		0.126852		0.3715	
Estatísticas ponderadas					
<i>R-squared</i>	0.417703	<i>Mean dependent var</i>		0.186297	
<i>Adjusted R-squared (R²)</i>	0.401706	<i>S.D. dependent var</i>		0.164100	
<i>S.E. of regression</i>	0.126601	<i>Sum squared resid</i>		8.751170	
<i>F-statistic</i>	26.11110	<i>Durbin-Watson stat</i>		1.277450	
<i>Prob(F-statistic)</i>	0.000000				
IQDA – Equação 2					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C		0.037399	0.070406	0.531185	0.5955
DIM	H1.2	1.20E-10	8.02E-11	1.500119	0.1342
DES	H2.2	-2.74E-09	8.57E-10	-3.196164	0.0015*
EC	H3.2	0.040573	0.035947	1.128692	0.2595
E_AUD	H4.2	-0.048668	0.020533	-2.370298	0.0181*
IND	H5.2	0.022305	0.030850	0.723002	0.4700
CER	H6.2	0.016880	0.017550	0.961822	0.3366
L_AMB	H7.2	-0.003505	0.026641	-0.131573	0.8954
NAB	H8.2	0.212439	0.013094	16.22360	0.0000*
TM	H9.2	-1.96E-06	2.20E-06	-0.889313	0.3742
DIV_G	H10.2	0.148881	0.078594	1.894309	0.0587
MCA	H11.2	0.002066	0.003693	0.559514	0.5760
PM_CA	H12.2	0.043862	0.053960	0.812867	0.4166
MI_CA	H13.2	-0.009187	0.013869	-0.662425	0.5080
PMI_CA	H14.2	0.285892	0.125120	2.284946	0.0227*
PAIS	H15.2	0.057682	0.030839	1.870409	0.0620
Especificação dos efeitos					
		S.D.		Rho	
<i>Cross-section random</i>		0.136193		0.5836	
<i>Idiosyncratic random</i>		0.115051		0.4164	
Estatísticas ponderadas					
<i>R-squared</i>	0.395547	<i>Mean dependent var</i>		0.168186	
<i>Adjusted R-squared (R²)</i>	0.378971	<i>S.D. dependent var</i>		0.145690	
<i>S.E. of regression</i>	0.114704	<i>Sum squared resid</i>		7.196834	
<i>F-statistic</i>	23.86334	<i>Durbin-Watson stat</i>		1.215633	
<i>Prob(F-statistic)</i>	0.000000				
Método: Painel EGLS (efeitos aleatórios de seção transversal)					
Amostra: 2016-2020					
Períodos incluídos: 5					
Seções transversais incluídas: 118					

Total de observações do painel (desequilibrado): 563

*indicam significância até 5%

Legenda: DIM – Dimensão; DES – Desempenho; EC – Empresas cotadas; E_AUD – Empresas auditadas; IND – Setor de atividade ambientalmente crítico; CER – Certificação ambiental; L_AMB – Ligação a associações ambientais; NAB – Nível de abrangência segundo GRI; TM – Total de mulheres na empresa; DIV_G – Diversidade de gênero; MCA – Membros do conselho de administração; PM_CA – Proporção de mulheres no conselho de administração; MI_CA – Membros independentes no conselho de administração; PMI_CA – Proporção de membros independentes no conselho de administração; PAIS – País.

Fonte: Elaboração própria

Resumidamente, os resultados deste estudo suportam 5 das 30 hipóteses que foram indicadas inicialmente. As variáveis NAB (H8.1), PMI_CA (H14.1) e PAIS (H15.1) têm um impacto positivo no IEDA, enquanto apenas, NAB (H8.2) e PMI_CA (H14.2) influenciaram positivamente o IQDA. Apesar das variáveis desempenho e empresas auditadas apresentarem uma relação significativa com o IEDA e o IQDA, o efeito é negativo. Tal situação não permite suportar as hipóteses H2.1, H4.1, H2.2 e H4.2. Além disso, os resultados deste estudo rejeitam as H1.1, H1.2, H5.1, H5.2, H6.1, H6.2, H7.1, H7.2, H9.1, H9.2, H10.1, H10.2, H11.1, H11.2, H12.1, H12.2, H13.1, H13.2 e H15.2.

A tabela 21 apresenta resumidamente o resultado do teste de hipóteses de investigação.

Tabela 21 – Resultado do teste de hipóteses

Hipóteses	Suportado/Não suportado
H1.1: As empresas de maior dimensão apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H1.2: As empresas de maior dimensão apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H2.1: As empresas com um desempenho superior apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H2.2: As empresas com um desempenho superior apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H3.1: As empresas cotadas são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H3.2: As empresas cotadas são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H4.1: Empresas auditadas são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H4.2: Empresas auditadas são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H5.1: As empresas que pertencem a setores de atividade considerados ambientalmente críticos apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H5.2: As empresas que pertencem a setores de atividade considerados ambientalmente críticos apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H6.1: Empresas com certificação ambiental são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado

H6.2: Empresas com certificação ambiental são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H7.1: As empresas com ligação a associações ambientais são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H7.2: As empresas com ligação a associações ambientais são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H8.1: As empresas que divulgam no nível abrangente das normas GRI são as que apresentam um IEDA superior.	Suportado
H8.2: As empresas que divulgam no nível abrangente das normas GRI são as que apresentam um IQDA superior.	Suportado
H9.1: Empresas com mais mulheres nas empresas são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H9.1: Empresas com mais mulheres nas empresas são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H10.1: Empresas com diversidade de género nas empresas apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H10.2: Empresas com diversidade de género nas empresas apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H11.1: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H11.2: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H12.1: Empresas com diversidade de género no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H12.2: Empresas com diversidade de género no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H13.1: Empresas com um maior número de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.	Não suportado
H13.2: Empresas com um maior número de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.	Não suportado
H14.1: Empresas com uma maior proporção de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IEDA superior.	Suportado
H14.2: Empresas com uma maior proporção de membros independentes no conselho de administração são as que apresentam um IQDA superior.	Suportado
H15.1: O país das empresas influencia o IEDA.	Suportado
H15.2: O país das empresas influencia o IQDA.	Não suportado

Fonte: Elaboração própria

5.3. Análise complementar

Para melhor perceber as diferenças entre as empresas de cada país, é efetuada uma análise complementar, ou seja, estima-se a regressão múltipla para cada país. Assim sendo, as tabelas 22 e 23 mostram os resultados obtidos separadamente para Portugal e Brasil, respetivamente.

Em relação ao IEDA das empresas portuguesas, o modelo é estatisticamente significativo ($F=29.13717$; $p<0,001$; $R^2 = 0,59$). 59% da variável dependente IEDA é explicada apenas pelas variáveis explicativas DES e NAB. Já o IQDA é explicado pelas variáveis explicativas DES, E_AUD e NAB, mas com um coeficiente de determinação superior ($F=26.85533$; $p<0,001$; $R^2 = 0,57$). Contudo, a variável desempenho continua a apresentar um efeito negativo nos índices de divulgação ambiental. A variável empresas auditadas também se mostra com impacto negativo no IQDA.

Tabela 22 – Resultados da regressão linear múltipla com dados em painel LS: Estudo em Portugal

IEDA – Equação 1 - Portugal					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C		0.027260	0.082967	0.328566	0.7427
DIM	H1.1	1.19E-10	1.01E-10	1.180843	0.2387
DES	H2.1	-3.52E-09	9.98E-10	-3.528999	0.0005*
EC	H3.1	0.095042	0.068733	1.382770	0.1679
E_AUD	H4.1	-0.052666	0.034409	-1.530591	0.1271
IND	H5.1	0.064904	0.054732	1.185854	0.2368
CER	H6.1	-0.026654	0.031719	-0.840318	0.4015
L_AMB	H7.1	0.030250	0.037615	0.804207	0.4220
NAB	H8.1	0.309532	0.017473	17.71445	0.0000*
TM	H9.1	-8.30E-07	6.68E-06	-0.124220	0.9012
DIV_G	H10.1	0.129634	0.153289	0.845683	0.3985
MCA	H11.1	0.007393	0.005398	1.369691	0.1720
PM_CA	H12.1	0.052565	0.104423	0.503387	0.6151
MI_CA	H13.1	-0.008684	0.023261	-0.373332	0.7092
PMI_CA	H14.1	0.275992	0.261025	1.057340	0.2913
Especificação dos efeitos					
		S.D.		Rho	
	<i>Cross-section random</i>	0.168229		0.6527	
	<i>Idiosyncratic random</i>	0.122719		0.3473	
Estatísticas ponderadas					
	<i>R-squared</i>	0.608909	<i>Mean dependent var</i>		0.157895

<i>Adjusted R-squared (R²)</i>	0.588011	<i>S.D. dependent var</i>	0.189122		
<i>S.E. of regression</i>	0.121361	<i>Sum squared resid</i>	3.858878		
<i>F-statistic</i>	29.13717	<i>Durbin-Watson stat</i>	1.505271		
<i>Prob(F-statistic)</i>	0.000000				
IQDA – Equação 2 - Portugal					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C		0.020154	0.070999	0.283858	0.7767
DIM	H1.2	7.48E-11	8.67E-11	0.862498	0.3892
DES	H2.2	-2.41E-09	8.67E-10	-2.779512	0.0058*
EC	H3.2	0.070096	0.058299	1.202351	0.2303
E_AUD	H4.2	-0.058070	0.029691	-1.955773	0.0516*
IND	H5.2	0.071065	0.046293	1.535125	0.1260
CER	H6.2	-0.023305	0.027509	-0.847173	0.3977
L_AMB	H7.2	0.026837	0.032346	0.829683	0.4075
NAB	H8.2	0.259871	0.015178	17.12165	0.0000*
TM	H9.2	-8.47E-07	5.68E-06	-0.149259	0.8815
DIV_G	H10.2	0.135207	0.131055	1.031683	0.3032
MCA	H11.2	0.005365	0.004634	1.157577	0.2481
PM_CA	H12.2	0.094753	0.090096	1.051686	0.2939
MI_CA	H13.2	-0.007439	0.020137	-0.369426	0.7121
PMI_CA	H14.2	0.212158	0.226071	0.938457	0.3489
Especificação dos efeitos					
		S.D.		Rho	
<i>Cross-section random</i>		0.141509		0.6349	
<i>Idiosyncratic random</i>		0.107298		0.3651	
Estatísticas ponderadas					
<i>R-squared</i>	0.589325	<i>Mean dependent var</i>		0.137557	
<i>Adjusted R-squared (R²)</i>	0.567381	<i>S.D. dependent var</i>		0.161237	
<i>S.E. of regression</i>	0.106145	<i>Sum squared resid</i>		2.951885	
<i>F-statistic</i>	26.85533	<i>Durbin-Watson stat</i>		1.524008	
<i>Prob(F-statistic)</i>	0.000000				
Método: Painel EGLS (efeitos aleatórios de seção transversal) Amostra: 2016-2020 Períodos incluídos: 5 Seções transversais incluídas: 58 Total de observações do painel (desequilibrado): 277 *indicam significância até 5%					

Legenda: DIM – Dimensão; DES – Desempenho; EC – Empresas cotadas; E_AUD – Empresas auditadas; IND – Setor de atividade ambientalmente crítico; CER – Certificação ambiental; L_AMB – Ligação a associações ambientais; NAB – Nível de abrangência segundo GRI; TM – Total de mulheres na empresa; DIV_G – Diversidade de género; MCA – Membros do conselho de administração; PM_CA – Proporção de mulheres no conselho de administração; MI_CA – Membros independentes no conselho de administração; PMI_CA – Proporção de membros independentes no conselho de administração; PAIS – País.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao IEDA das empresas brasileiras, apenas 11% desta variável é explicada pelas variáveis explicativas DIM, DES e NAB. ($F=3.546144$; $p<0,001$; $R^2 = 0,11$). O mesmo repete-se no IQDA, mas com um coeficiente de determinação superior ($F=4.321708$; $p<0,001$; $R^2 = 0,14$). Nas empresas brasileiras, a variável desempenho também se revela com impacto negativo nos índices de divulgação.

Tabela 23 – Resultados da regressão linear com dados em painel LS: Estudo no Brasil

IEDA – Equação 1 - Brasil					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C		0.441942	0.081371	5.431206	0.0000
DIM	H1.1	1.28E-09	4.29E-10	2.991511	0.0030*
DES	H2.1	-1.26E-08	4.29E-09	-2.939811	0.0036*
EC	H3.1	0.060467	0.064851	0.932395	0.3520
E_AUD	H4.1	-0.054326	0.032337	-1.680002	0.0941
IND	H5.1	0.000436	0.051057	0.008543	0.9932
CER	H6.1	0.033088	0.024669	1.341299	0.1809
L_AMB	H7.1	-0.017690	0.057205	-0.309232	0.7574
NAB	H8.1	0.136404	0.027610	4.940384	0.0000*
TM	H9.1	-3.30E-06	3.07E-06	-1.073954	0.2838
DIV_G	H10.1	0.137268	0.117267	1.170559	0.2428
MCA	H11.1	-0.011905	0.007926	-1.502010	0.1342
PM_CA	H12.1	0.054821	0.073749	0.743344	0.4579
MI_CA	H13.1	0.002457	0.024978	0.098353	0.9217
PMI_CA	H14.1	0.215478	0.188152	1.145232	0.2531
Especificação dos efeitos					
		S.D.		Rho	
<i>Cross-section random</i>		0.165932		0.6491	
<i>Idiosyncratic random</i>		0.122006		0.3509	
Estatísticas ponderadas					
<i>R-squared</i>	0.152924	<i>Mean dependent var</i>		0.198398	
<i>Adjusted R-squared (R²)</i>	0.109800	<i>S.D. dependent var</i>		0.129422	
<i>S.E. of regression</i>	0.121234	<i>Sum squared resid</i>		4.041895	
<i>F-statistic</i>	3.546144	<i>Durbin-Watson stat</i>		1.234071	
<i>Prob(F-statistic)</i>	0.000022				
IQDA – Equação 2 - Brasil					
Variável	Hipóteses	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C		0.350067	0.066357	5.275506	0.0000
DIM	H1.2	1.18E-09	3.54E-10	3.316817	0.0010*
DES	H2.2	-1.16E-08	3.58E-09	-3.233761	0.0014*

EC	H3.2	0.053952	0.052474	1.028164	0.3048
E_AUD	H4.2	-0.043125	0.026871	-1.604932	0.1097
IND	H5.2	-0.006576	0.041143	-0.159833	0.8731
CER	H6.2	0.035262	0.020634	1.708922	0.0886
L_AMB	H7.2	-0.011155	0.046386	-0.240484	0.8101
NAB	H8.2	0.121438	0.022546	5.386194	0.0000*
TM	H9.2	-3.47E-06	2.49E-06	-1.392602	0.1649
DIV_G	H10.2	0.139234	0.095469	1.458415	0.1459
MCA	H11.2	-0.011886	0.006533	-1.819433	0.0699
PM_CA	H12.2	0.041449	0.061963	0.668933	0.5041
MI_CA	H13.2	0.008544	0.020890	0.408991	0.6829
PMI_CA	H14.2	0.157272	0.157637	0.997685	0.3193
Especificação dos efeitos					
		S.D.		Rho	
<i>Cross-section random</i>		0.132684		0.6244	
<i>Idiosyncratic random</i>		0.102903		0.3756	
Estatísticas ponderadas					
<i>R-squared</i>	0.179801	<i>Mean dependent var</i>		0.169932	
<i>Adjusted R-squared (R²)</i>	0.138197	<i>S.D. dependent var</i>		0.110828	
<i>S.E. of regression</i>	0.102257	<i>Sum squared resid</i>		2.885966	
<i>F-statistic</i>	4.321708	<i>Durbin-Watson stat</i>		1.219337	
<i>Prob(F-statistic)</i>	0.000001				
Método: Painel EGLS (efeitos aleatórios de seção transversal) Amostra: 2016-2020 Períodos incluídos: 5 Seções transversais incluídas: 61 Total de observações do painel (desequilibrado): 291 *indicam significância até 5%					

Legenda: DIM – Dimensão; DES – Desempenho; EC – Empresas cotadas; E_AUD – Empresas auditadas; IND – Setor de atividade ambientalmente crítico; CER – Certificação ambiental; L_AMB – Ligação a associações ambientais; NAB – Nível de abrangência segundo GRI; TM – Total de mulheres na empresa; DIV_G – Diversidade de gênero; MCA – Membros do conselho de administração; PM_CA – Proporção de mulheres no conselho de administração; MI_CA – Membros independentes no conselho de administração; PMI_CA – Proporção de membros independentes no conselho de administração; PAIS – País.

Fonte: Elaboração própria

A análise individual dos efeitos das variáveis explicativas nas variáveis dependentes veio demonstrar que algumas variáveis deixam de ter influência nos índices de divulgação, o caso das empresas auditadas (E_AUD), proporção dos membros independentes no conselho de administração (PMI_CA) e país (PAIS) no IEDA e, as empresas auditadas (E_AUD) no IQDA. O desempenho (DES) e o nível de abrangência GRI (NAB) mantêm-

se em ambos os índices. A variável dimensão (DIM) aparece agora com influência no IEDA das empresas brasileiras.

No geral, estes resultados mostram que a divulgação de informação ambiental a nível de extensão e qualidade não são diferenciadores entre si, no período de 2016 a 2020.

Os *stakeholders* das empresas estão cada vez mais atentos ao impacto que a atividade da empresa tem em termos sociais e ambientais. Por isso, as empresas são pressionadas para que assumam um maior compromisso com a RSE e divulguem o seu desempenho às partes interessadas.

Dada a importância de divulgação de informação não financeira este estudo tem como objetivo analisar a evolução e os fatores que influenciam o nível da divulgação de informação ambiental (extensão e qualidade) das empresas portuguesas e brasileiras. Além disso, este estudo visa identificar os indicadores GRI e os tipos de relatórios que apresentam melhores níveis de divulgação ambiental.

Para o efeito, neste estudo utiliza-se a técnica de análise de conteúdo, combinada com a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel. A amostra é composta por 120 empresas (49% portuguesas e 51% brasileiras). No total, foram analisados 579 relatórios (288 relatórios de empresas portuguesas e 291 de empresas brasileiras).

Relativamente ao primeiro objetivo, que consiste na análise de evolução do IEDA e do IQDA, os resultados indicam uma tendência de crescimento nos índices de divulgação ambiental, sendo estes ligeiramente superiores nas empresas brasileiras. Este resultado está de acordo com a maioria dos estudos desenvolvidos neste âmbito como, por exemplo, Barbosa *et al.* (2021). Neste estudo, não foi possível aferir quanto ao impacto do Decreto-Lei 89/2017, de 28/07 e da Resolução Nº 4557/2017, de 23 de fevereiro, nos índices de divulgação ambiental, pois nem todas as empresas analisadas estão sujeitas aos normativos mencionados. Além disso, como se verifica uma tendência de crescimento do NDA, tal facto não permite tirar ilações, com certeza, sobre o impacto dos referidos regulamentos, no aumento dos índices de divulgação ambiental.

O segundo objetivo visa identificar os indicadores GRI onde se verificam um melhor NDA (extensão e qualidade). Os resultados indicam que os indicadores relativos à conformidade ambiental (GRI 307), emissões (GRI 305) e energia (GRI 302) são os que se revelam com índices de divulgação ambiental superiores. O estudo de Barbosa (2019), mostra que os indicadores GRI com maior extensão de divulgação ambiental são energia (GRI 302), emissões (GRI 305) e efluentes e resíduos (GRI 306).

Quanto ao terceiro objetivo, os resultados indicam que os relatórios que apresentam maior NDA são os relatórios de sustentabilidade. Barbosa *et al.* (2021) verificam que, para o

ano de 2017, o IEDA e superior nos relatórios de sustentabilidade do que nos relatórios anuais.

O último objetivo deste estudo, que visa analisar os fatores que influenciam os índices de divulgação ambiental. Contrariamente ao esperado, neste estudo apenas são suportadas 5 hipóteses de 30. Assim, os resultados indicam que a dimensão da empresa não se revela uma variável explicativa do NDA, o que rejeita as hipóteses H1.1 e H1.2. Estes resultados não são consistentes com estudos anteriores (Akbas, 2014; Ezhilarasi & Kabra, 2017; Elshabasy, 2018).

A variável desempenho da empresa mostrou-se uma variável preditiva do NDA, porém, o efeito revela-se negativo, o que não permite dar suporte estatístico à H2.1 e H2.2. No mesmo sentido, Kathy Rao *et al.* (2012) verificaram uma relação negativa entre ambas as variáveis. Contudo, os resultados não comprovam os estudos de Barbosa *et al.* (2021) e Elshabasy (2018).

Relativamente à variável empresas cotadas, esta não se revela como uma variável explicativa do NDA, o que leva a rejeitar as hipóteses H3.1 e H3.2. Estes resultados não estão de acordo com os estudos anteriores (Ahmad *et al.*, 2017; Roque & Cortez, 2006; Alcaraz-Quiles *et al.*, 2017).

Já a variável empresas auditadas revelou-se uma variável que influencia o NDA, contudo, esta influência é negativa, o que não permite aceitar as hipóteses H4.1 e H4.2. Estes resultados não são consistentes com Depoers (2000) e Sousa (2018).

As variáveis, setor de atividade ambientalmente crítico, certificação ambiental e empresas com ligação a associações ambientais, não se mostram como variáveis explicativas do NDA, o que não permite suportar as hipóteses H5.1 e H5.2, H6.1 e H6.2, H7.1 e H7.2. Assim, os resultados não vão ao encontro dos obtidos por Domingos (2010) e Fontana *et al.* (2015), no que diz respeito ao setor de atividade ambientalmente crítico, Archel e Lizarraga (2001) e Monteiro (2007), relativamente à certificação ambiental, e Moreira (2009) e Bassett *et al.* (2010), em relação às empresas com ligação a associações ambientais.

A variável nível de abrangência GRI revela-se uma importante variável do NDA, mostrando-se com um efeito positivo, o que dá suporte estatístico às hipóteses H8.1 e H8.2. Esta evidência empírica corrobora o estudo de Gomes e Eugénio (2012).

Contrariamente ao esperado, neste estudo verifica-se que as variáveis, total de mulheres na empresa e diversidade de género não se revelam como variáveis explicativas do NDA, o que leva a rejeitar as hipóteses H9.1 e H9.2, H10.1 e H10.2. Deste modo, os resultados não estão de acordo com os estudos de Torchia *et al.* (2011) e Orazalin *et al.* (2020).

Relativamente às quatro variáveis que dizem respeito ao *corporate governance*, ou seja, membros do conselho de administração, proporção de mulheres no conselho de administração e membros independentes no conselho de administração, apenas a variável proporção de membros independentes no conselho de administração tem efeito positivo nos índices de divulgação ambiental, o que permite aceitar as hipóteses H14.1 e H14.2, o que está de acordo com os estudos de Majeed *et al.* (2015) e Barros *et al.* (2013). Em relação às outras variáveis, as mesmas não influenciam o NDA, o que leva a rejeitar as hipóteses H11.1 e H11.2, H12.1 e H12.2, H13.1 e H13.2. Assim, os resultados não estão de acordo com os estudos de Albitar (2015) e Allegrini e Greco (2013), relativamente aos membros do conselho de administração, Sial *et al.* (2018), Bear *et al.* (2010), Tiron-Tudor *et al.* (2020) e Aceituno *et al.* (2013), no que diz respeito à proporção de mulheres no conselho de administração, e Haniffa e Cooke (2002), Barros *et al.* (2013), Majeed *et al.* (2015) para a variável membros independentes.

No que diz respeito à última variável, país, esta é uma variável que se mostra relevante ao nível da extensão da divulgação ambiental, o que suporta a hipótese H15.1, o que, por sua vez, está consistente com os estudos de Hossain e Hammami (2009) e Grecco *et al.* (2013), e rejeita a hipótese H15.2.

Os resultados deste estudo podem consciencializar os gestores das empresas para a necessidade de divulgar informação ambiental às partes interessadas, dado que um dos grandes desafios está relacionado com a qualidade do relato ambiental.

A forma como foi avaliada a qualidade da divulgação ambiental pode ser uma limitação deste estudo, uma vez que a escala de quatro pontos poderá não ser a mais indicada para o efeito.

Para investigação futura, sugere-se a utilização de outro critério para medir a qualidade da divulgação ambiental. Estudos futuros podem ser aplicados às empresas europeias e às empresas que estão sujeitas à Diretiva 2014/95/UE para se poder tirar ilações sobre o efeito da diretiva no NDA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, C. & Zutshi, A. (2004). Corporate social responsibility: why business should act responsibly and be accountable. *Australian accounting review*, 14(34), 31-39.
- Ahmad, N., Rashid, A., & Gow, J. (2017). Board independence and corporate social responsibility (CSR) Reporting in Malaysia. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 11(2), 61-85.
- Ahmad, Z., Hassan, S. & Mohammad, J. (2003). Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, 11 (1), 69-90.
- Akbas, H. E. (2014). Company Characteristics and Environmental Disclosure: An Empirical Investigation on Companies Listed on Borsa Istanbul 100 Index. *The Journal of Accounting and Finance*, 145-164.
- Albitar, K. (2015). Firm characteristics, Governance Attributes and Coporate Voluntary Disclosure: A study of Jordanian listed companies. *International Business Reseach*, 8(3), 1-10
- Alcaraz-Quiles, F. J., Navarro-Galera, A., & Ortiz-Rodriguez, D. (2017). Transparency about sustainability in regional governments: the case of Spain. *Revista De Ciencias Sociales* (73), 113-140.
- Alhaddi, H. (2015). Triple bottom line and sustainability: A literature review. *Business and Management Studies*, 1(2), 6-10.
- Allegrini, M. & Greco, G. (2013). Corporate boards, audit committees and voluntary disclosure: evidence frim Italian listed companies. *Journal of Management and Governance* 1(7), 187-216
- Almeida, M. D. G. M. C., & Coelho, A. F. M. (2019). The antecedents of corporate reputation and image and their impacts on employee commitment and performance: The moderating role of CSR. *Corporate Reputation Review*, 22(1), 10-25.
- Álvarez-García, J. & RíoRama, M. (2016). Sustainability and EMAS: Impact of Motivations and Barriers on the Perceived Benefits from the Adoption of Standards. *Academic*. Editor: Vincenzo Torretta. Vigo.
- Archel, P. & Lizarraga, F. (2001), Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas. *Revista de Contabilidad*, 1138-4891;

- Baden, D. & Harwood, I. (2013). Terminology matters: A critical exploration of corporate social responsibility terms. *Journal of Business Ethics*, 116(3), 615-627.
- Baker, N. & Nazer K. (2000). Empirical evidence on corporate social disclosure (CSD) practices in Jordan. *International Journal of Commerce and Management*, 10 (3&4), 18-34.
- Barbosa, F. (2019). Divulgação de informação ambiental nas empresas cotadas portuguesas: evolução e fatores determinantes. *Dissertação de mestrado*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Barbosa, F. M., Monteiro, A. P., Pereira, C. (2021). Environmental disclosure on mandatory and voluntary reporting of Portuguese listed firms: the role of environmental certification, lucratively and corporate governance. *Meditari Accountancy Research*.
- Barros, C., Boubakar, S., & Hamrouni, A. (2013). Corporate governance and voluntary disclosure in France. *The Journal of Applied Business Research*, 29 (2), 561-578.
- Bassett, E. & Shandas, V. (2010). Innovation and Climate Action Planning. *Journal of the American Planning Association*, 76(4), 435-450.
- Bear, S., Rahman, N. & Post, C. (2010). The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation. *Journal Business Ethic*, 97, 207–221.
- Birkel, H., Veile, J., Müller, J., Hartmann, E. & Voigt, K. (2019) Development of a Risk Framework for Industry 4.0 in the Context of Sustainability for Established Manufacturers. *Sustainability*, 11(2).
- Bonson, E., & Bednarova, M. (2015). CSR reporting practices of Eurozone companies. *Revista De Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 18(2), 182-193.
- Bowen, H. R. (1953). *Social Responsibilities of the Businessman*. New York: Harper & Row.
- Braccini, A. & Margherita, E. (2018). Exploring Organizational Sustainability of Industry 4.0 under the Triple Bottom Line: The Case of a Manufacturing Company. *Sustainability*, 11(1).

- Brammer, S. & Pavelin, S. (2004). Voluntary social disclosures by large UK Companies. *Business Ethics*, 13(2&3), 86-99.
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2006). Voluntary environmental disclosures by large UK companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(7-8), 1168-1188.
- Brundtland, G. H. (1987). Our Common Future. *World Commission on Environment and Development*. Organização das Nações Unidas.
- Burgwal, D. & Vieira, R. (2014). Environmental disclosure determinants in dutch listed companies. *Revista de Contabilidade e Finanças de São Paulo*, 25 (64), 60-78.
- Caetano, D. e Eugénio, T. (2014). Relato de Sustentabilidade de Empresas da Construção Civil em Portugal e Espanha. *Revista Ambiente Contábil*, ISSN 2176-9036, 10(1), 273-290.
- Callegari-Jacques, S. M. (2003). *Biostatistics: Principles and Applications*. Porto Alegre: Artmed.
- Cho, C. H., Laine, M., Roberts, R. W., & Rodrigue, M. (2015). Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society* 40, 78-94.
- Colglazier, W., 2015. Sustainable development agenda: 2030. *Science*, 349(6252), 1048-1050.
- Comissão Europeia. (2001). Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Obtido de http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf
- Costa, B. (2019). Um estudo sobre a sustentabilidade. *Dissertação de mestrado*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho. Obtido de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/89-2017-107773645>
- Depoers, F. (2000). A Cost-benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. *The European Accounting Review*. 9(2), 245-263

Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro. Obtido de Jornal Oficial da União Europeia: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0095>

Diretriz Contabilística Nº 29. Obtido de Comissão de Normalização Contabilística: http://www.cnc.minfinancas.pt/siteantigo/Diretrizes/Dir29_ma_materias_ambientais.pdf

Domingos, R. (2010). A evolução da divulgação voluntária da informação nas empresas cotadas da Euronext Lisboa do ano de 2006 a 2008. *Dissertação de mestrado*. Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Dunphy, D. Griffiths, A. & Benn, S. (2003). Organizational Change for Corporate Sustainability: A Guide for Leaders and Change Agents of the Future. *Understanding Organizational Change*. New York: Routledge.

Eccles, R. G., & Spiesshofer, B. (2015). Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism. *Re-Imagined Capitalism*, 16-032.

Elshabasy, Y. N. (2018). The impact of corporate characteristics on environmental information disclosure: an empirical study on the listed firms in Egypt. *Journal of Business and Retail Management Research*, 12(2).

Epstein, M., Flamholtz, E., & McDonough, J. J. (1976). Corporate social accounting in the United States of America: State of the art and future prospects. *Accounting, Organizations and Society*, 1(1), 23-42.

Esen, E. (2013). The Influence of Corporate Social Responsibility (CSR) Activities on Building Corporate Reputation. Alejandra Gonzalez-perez, M. and Leonard, L. (Ed.). *International Business, Sustainability and Corporate Social Responsibility (Advances in Sustainability and Environmental Justice*, 11 Emerald Group Publishing Limited, Bingley, 133-150

Eugénio, T. (2011). Contabilidade Ambiental. Verlag Dashöfer. Portugal.

Eugénio, T. (2004). Contabilidade e gestão ambiental. Lisboa: Áreas Editora.

Europeia, C. (2011). Responsabilidade social das Empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014, Bruxelas.

- Evangelinos, K., Fotiadis, S., Skouloudis, A., Khan, N., Konstandakopoulou, F., Nikolaou, I., & Lundy, S. (2018). Occupational health and safety disclosures in sustainability reports: An overview of trends among corporate leaders. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* 25, 961–970.
- Ezhilarasi, G., & Kabra, K. C. (2017). Factors Influencing Environmental Disclosures: Evidence from India. *Journal of Accounting Research & Audit Practices*, 16(1), 7- 24.
- Faria, M. (2015). Responsabilidade social empresarial: relato e análise económica e financeira. Porto: Vida Económica.
- Fontana, S., D'Amico, E., Coluccia, D., & Solimene, S. (2015). Does environmental performance affect companies' environmental disclosure? *Measuring Business Excellence*, 19(3), 42-57.
- Forte, L. M., Neto, J. B., Nobre, F. C., Nobre, L. H., & Queiroz, D. B. (2015). Determinants of Voluntary Disclosure : A study in the Brazilian Banking Sector. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 5(2), 23-37.
- Freeman, R. (1984). Strategic management: A stakeholder approach. Cambridge: Cambridge University Press.
- Frey, M., & Marcuzzo, J. (2008). O Balanço Social como ferramenta de transparência para o setor público municipal. *Revista Universo Contábil*, 75-92.
- Frias-Aceituno, J.V., Rodriguez-Ariza, L. & Garcia-Sanchez, I.M (2013). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility. Environ. Mana*, 13(20), 219–233.
- Friedman, M. (1970). The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*, 122-126.
- García, Frias-Aceituno, & Noguerra. (2016). Información Integradas Y Coste de Capital. *AECA 113*, 1–34.
- Gholami, K. (2011). Moral care and caring pedagogy: two dimensions of teachers' praxis. *Pedagogy, Culture & Society*, 19(1), 133-151

- Gomes, S., Eugénio, T (2012). Auditoria aos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas – Uma visão sobre o estado da arte. *Encuentro AECA “Nuevos caminos para Europa: El papel de las empresas y los gobiernos”*. Esposende.
- Gray, R. (2010). A Re-Evaluation of Social, Environmental and Sustainability Accounting: An Exploration of an Emerging Trans-Disciplinary Field? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*.
- Gray, R., Bebbington, J. & Walters, D. (1993). Accounting for the environment. *ACCA-Chartered Association of Certified Accountants & PCP*, 4 e 92
- Grecco, M., Milani, M., Segura, L., Sanchez, I. & Dominguez, L. (2013). The voluntary disclosure of sustainable information: a comparative analysis of spanish and brazilian companies. *Revista de Contabilidade e Organizações* 7(17), 46-55.
- Green, K. Jr, Zelbest, P., Meacham, J. & Bhadauria, V. (2012). Green supply chain management practices: impact on performance. *Supply Chain Management: an international journal*, 17 (3), 290-305.
- GRI (2011) – Sustainability Reporting Guidelines. 2011. Obtido de <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3.1-Guidelines-Incl-Technical-Protocol.pdf>
- GRI (2013). Sustainability reporting guidelines – Reporting principles and standard disclosures. Obtido de <https://www.globalreporting.org/standards/>
- GRI (2020). Linking the SDGs and the GRI Standards. Obtido de <https://www.globalreporting.org/media/lbvnx15/mapping-sdgs-gri-update-march.pdf>.
- Gujarati, D. & Down, C. (2011). *Econometria Básica* 5ªEdição. New York: Mc Graw Hill.
- Halkos, G., & Nomikos, S. (2021). Corporate social responsibility: Trends in global reporting initiative standards. *Economic Analysis and Policy*, 69, 106-117.
- Haniffa, R. & Cooke, T. (2002). Culture, corporate governance and disclosure in Malaysian corporations. *Abacus* 38(3), 317-349.

Hassan, A., & Guo, X. (2017). The relationships between reporting format, environmental disclosure and environmental performance - An empirical study. *Journal of Applied Accounting Research*, 18(4), 425-444.

Hossain, M. & Hammami, H. (2009). Voluntary disclosure in the annual reports of an emerging country: the case of Qatar. *Advances in Accounting*, 25(2), 255-265

IIRC – International Integrated Reporting Council. (2013). The International Integrated Reporting Framework. Obtido de <https://integratedreporting.org/wpcontent/uploads/2013/12/13-12-08-the-international-ir-framework-2-1.pdf>

Juhmani, O. (2014). Determinants of corporate social and environmental disclosure on websites: The case of Bahrain. *Universal Journal of Accounting and Finance*, 2(4), 77-87.

Kathy Rao, K., Tilt, C. A., & Lester, L. H. (2012). Corporate governance and environmental reporting: an Australian study. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 12(2), 143-163.

Kiroyan, N. (2015). NCSR Sustainability Reporting. *SKK Migas Indonesian Petroleum Association 39th Convention*, 11. Jakarta.

Kraemer, M. (2000), Contabilidade ambiental como sistema de informações. *Pensa contábil, RJ, CRCRJ*, 9, 19-26

Le, T. T. (2022). Corporate social responsibility and SMEs' performance: mediating role of corporate image, corporate reputation and customer loyalty. *International Journal of Emerging Markets, ahead-of-print*

Lee, E., Walker, M., & Zeng, C. (2017). Do Chinese state subsidies affect voluntary corporate social responsibility disclosure? *Journal of Accounting and Public Policy*, 36(3), 179–200.

Lettieri, C. (2003). Quem realmente interessa às empresas? Contribuições analíticas da teoria dos *stakeholders* ao estudo da responsabilidade corporativa.

Lima, D. B. (2021). Corporate sustainability reporting in Portugal: an analysis of PSI-20 companies *Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa*. Repositório do ISCTE.

- Liu, X., & Anbumozhi, V. (2009). Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. *Journal of Cleaner Production, Amsterdam, 17(6)*, 593- 600.
- Majeed, S., Aziz, T., & Saleem, S. (2015). The Effect of Corporate Governance Elements on Corporate Social Responsibility (CSR) Disclosure: An Empirical Evidence from Listed Companies at KSE Pakistan. *International Journal of Financial Studies, 3(4)*, 530-556.
- Maon, F., Lindgreen, A., & Swaen, V. (2009). Designing and Implementing Corporate Social Responsibility: An Integrative Framework Grounded in Theory and Practice. *Journal of Business Ethics, 87(Supplement 1)*, 71-89.
- Mebratu, D. (1998). Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review, 18 (6)*, 493-520.
- Melnyk, S. A., Sroufe, R. P., & Calantone, R. (2003). Assessing the impact of environmental management systems on corporate and environmental performance. *Journal of Operations Management, 21*, 329-351
- Michelon, G., Boesso, G., & Kumar, K. (2013). Examining the link between strategic corporate social responsibility and company performance: an analysis of the best corporate citizens. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management, 20(2)*, 81-94.
- Ministry of the Environment. (2002). Environmental Accounting Guidelines.
- Mobus, J. & Tacoma, T. (2005). Mandatory environmental disclosures in a legitimacy theory context. *Accounting Auditing and Accountability Journal, 18 (4)*, 492-517.
- Monteiro, A. P. (2022). Social Accounting: Analysis of the disclosure on labor practices and human rights and its determinants. *Phd in Economics and Business*. Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.
- Monteiro, A. P., Pereira, C. & Silva, A. (2021). Corporate Social Responsibility Reporting. Madeira: Ponte Editora.
- Monteiro, B. (2013) Divulgação de Informação sobre Responsabilidade Social nas páginas web das empresas europeias do setor ferroviário: uma análise exploratória.

Dissertação (Mestrado em Gestão Comercial) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Portugal.

Monteiro, S. M., & Guzmán, B. A. (2010). The influence of the Portuguese environmental accounting standard on the environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal - A first view (2002-2004). *Management of Environmental Quality: An International Journal* 21(4), 414-435.

Monteiro, S. (2007), Factores explicativos do grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal: análise univariada. *Grupo de Investigação FEDRA*. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Monteiro, T. (2013). Planeamento de um sistema de gestão ambiental segundo a norma ISO: I40011: 2004. *Dissertação de mestrado*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Moravcikova, K., Stefanikova, L., & Rypakova, M. (2015). CSR reporting as an important tool of CSR communication. *4th World Conference on Business, Economics and Management (Wcbem-2015)*, 26, 332-338.

Moreira, A. (2009). Contabilidade Ambiental: evidenciação das questões ambientais em relatórios contábeis pelas empresas florestais de capital aberto. *Dissertação de mestrado*. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa.

Morrow, D. & Rondinelli, D. (2002), “Adopting Corporate Environmental Management Systems: Motivations and Results of ISO 14001 and EMAS Certification”, *European Management Journal* 20(2), 159–171

Mota, G. e Dinis, A. (2005). Responsabilidade Social das Empresas: Novo Modelo de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável.

Navarro, A., Ruiz, M., & Tirado, P. &. (2017). Promoting the sustainability transparency in European local governments. An empirical analysis by administrative cultures. *Sustainability Journal*.

NCRF 26 – Matérias Ambientais (2015). Obtido de http://www.cnc.minfinancas.pt/pdf/SNC/2016/Aviso_8256_2015_29Jul_NCRF_RG.pdf em 21/01/2022.

Oliveira, G. (2016). Estudo da relação entre o governo das sociedades e a divulgação voluntária pelas empresas do PSI-20. *Dissertação de mestrado*. Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.

Orazalin, N., & Baydauletov, M. (2020). Corporate social responsibility strategy and corporate environmental and social performance: The moderating role of board gender diversity. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), 1664–1676

Ouro, A. (2021). Moldando a divulgação obrigatória de alta qualidade: Avaliando a implementação e indo além das recomendações da TCFD. *CDP Disclosure Insight Action*.

Paulraj, A. (2008). Environmental Motivations: a Classification Scheme and its impact on Environmental Strategies and Practices. *Business Strategy and the Environment*. Wiley InterScience.

Pereira, J. e Sousa J. (2011) Modelo de estratégia de Porter e Questões Sociais Empresariais: um ensaio teórico. *Encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente 13*, 1-13.

Pinto, T. (2014). Sustentabilidade e a elaboração do Relatório de Sustentabilidade baseado na realidade das empresas portuguesas. *Dissertação de Mestrado*. ISCAP-IPP.

Pires, L. (2009). Contabilidade ambiental. *Relatório de estágio*. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal.

Porter, M. & Van der Linde, C. (1995). Green and Competitive. Ending the Stalemate. *Harvard Business Review*, 120-134

Porter, M. & Kramer, M. (2006). Strategy & Society: The link between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility, *Harvard Business Review (HBR)*, Estados Unidos da América: Harvard Business Publishing.

Rainey, D. (2006). Sustainable Business Development: Inventing the Future Through Strategy, Innovation, and Leadership. *Cambridge: Cambridge University Press*.

Resolução N° 4557/2017, de 23 de fevereiro. Obtido de Diário Oficial da União: [https://www.in.gov.br/materia/-](https://www.in.gov.br/materia/)

[/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20471202/doi-2017-03-01-resolucao-n-4-557-de-23-de-fevereiro-de-2017-20471020](https://asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20471202/doi-2017-03-01-resolucao-n-4-557-de-23-de-fevereiro-de-2017-20471020)

Resolução N° 4926/2021, de 24 de junho. Obtido de Diário Oficial da União: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50344/Res_4557_v1_O.pdf

Rodriguez-Fernandez, M. (2016). Social responsibility and financial performance: The role of good corporate governance. *Brq-Business Research Quarterly*, 19(2), 137-151.

Roque, V., & Cortez, M. (2006). A divulgação de informação ambiental e a performance financeira das empresas cotadas de Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*, 3, 5-6.

Saremi, H., & Nezhad, B. (2014). Role of environmental accounting in enterprises. *Ecology Environment and Conservation*, 20(3), 1257-1268.

Savitz, A. & Weber K. (2007) The Sustainability Sweet Spot. *Environmental Quality Management*.

Shwairef, A., Amran, A., Iranmanesh, M., & Ahmad, N. H. (2019). The mediating effect of strategic posture on corporate governance and environmental reporting. *Review of Managerial Science* (1), 1-30.

Sial, M., Zheng, C., Cherian, J., Gulzar, M., Thu, P., Khan, T. & Khuong, N. (2018). “Does corporate social responsibility mediate the relation between boardroom gender diversity and firm performance of Chinese listed companies?”, *Sustainability*, 10(10), 3591.

Slack, R. & Shrives, P. (2008). Social disclosure and legitimacy in Premier League football clubs: the first ten years, *Journal of Applied Accounting Research*, 9 (1), 17-28.

Šontaitė-Petkevičienė, M. (2015). CSR reasons, practices and impact to corporate reputation. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 213, 503-508.

Sousa, E. (2018). A divulgação de informação ambiental das empresas cotadas na Euronext Lisbon. *Dissertação de mestrado*. Universidade do Minho: Escola de Economia e Gestão.

Steurer, R., Martinuzzi, A. & Margula, S. (2018). Public policies on CSR in Europe: Themes, instruments, and regional differences. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19 (4), 206-227.

- Tilling, M. (2004). Refinements to legitimacy theory in social and environmental accounting, *Flinders University*, South Australia.
- Tiron-Tudor, A., Hurghis, R., Lacurezeanu, R., and Podoaba, L. (2020). “The Level of European Companies’ Integrated Reports Alignment to the < IR > Framework: The Role of Boards’ Characteristics”. *Sustainability*, 12 (21), 8777.
- Torchia, M., Calabrò, A. & Huse, M. (2011). Women directors on corporate boards: From tokenism to critical mass. *Journal of Business Ethics*, 102(2), 299-317.
- Unerman, J. (2000). Methodological issues – reflections on quantification in corporate social reporting content analysis. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 13(5), 667–681.
- Weaver, G. H. (1996). Strategic environmental management: using TQEM and ISO 14001 for competitive advantage. New York.
- Williams, B. (2015). Reporting on sustainability by Australian Councils - A Communication Perspective. *Asian Review of Accounting*, 186-203.
- Wilmshurst, T. & Frost, G. (2000). Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory, *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 13 (1), 10-26.
- Wolniak, R., & Habek, P. (2016). Quality assessment of CSR reports - factor analysis. *19th International Conference Enterprise and Competitive Environment 2016*, 220, 541-547.
- Woodcraft, S. (2012). Social Sustainability and New Communities: Moving from Concept to Practice in the UK. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 1(68), 29-42.
- Zhu, Q., Sarkis, J. & Lai, K.H. (2013). Institutional-based antecedents and performance outcomes of internal and external green supply chain management practices. *Journal of Purchasing and Supply Management*, 9(2), 106-117

Apêndice I – Listagem das empresas portuguesas e brasileiras e respetivo setor de atividade

Tabela 24 – Listagem das empresas portuguesas e respetivo setor de atividade

Empresas	Setor de atividade
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Utilitários de Água
Águas de Portugal	Utilitários de Água
Altri	Produtos Florestais e de Papel
ANA Aeroportos	Aviação
APDL	Outros
APS	Agência Pública
APSS	Outros
Atlântico Europa Bank	Serviços Financeiros
Auchan	Retalho
Bondalti	Químicos
Brisa	Ferrovia
Caixa Geral de Depósitos	Serviços Financeiros
Carris	Ferrovia
Celbi	Produtos Florestais e de Papel
Correios de PT - CTT	Logística
Corticeira Amorim	Produtos Florestais e de Papel
CP - Comboios de PT	Ferrovia
Delphi Automotive	Automóveis
EDP	Energia
EPAL	Utilitários de Água
Galp	Energia
Gestamp Aveiro	Automóveis
Hovione	Saúde
Huf Portuguesa	Automóveis
INCM	Outros
Jerónimo Martins	Indústria Alimentar
José de Mello Saúde	Saúde
Lidl Portugal	Indústria Alimentar
Lipor	Gestão de Resíduos
Logoplaste	Outros
Luís Simões	Logística
Metro do Porto	Ferrovia
Metro de Lisboa	Ferrovia

Millennium BCP	Serviços Financeiros
Mota-Engil SGPS	Gestão de Resíduos
Nestlé Portugal	Indústria Alimentar
NOS	Telecomunicações
Novo Banco	Serviços Financeiros
REN	Energia
Resíduos do Nordeste	Gestão de Resíduos
RTP	Media
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Serviços / Sem Fins Lucrativos
Santa Casa da Misericórdia do Porto	Serviços / Sem Fins Lucrativos
Santander Totta	Serviços Financeiros
Secil	Construção
Simarsul	Utilitários de Água
Sonae	Conglomerados
Sonae Indústria	Indústria Alimentar
Sonae Sierra	Imobiliária
Sovena	Indústria Alimentar
Sumol + Compal	Indústria Alimentar
TAP Group	Aviação
Teixeira Duarte	Construção
The Navigator Company	Produtos Florestais e de Papel
TMG Automotive	Automóveis
Tratolixo	Gestão de Resíduos
Trivalor	Indústria Alimentar
Unicer	Indústria Alimentar
Vodafone	Telecomunicações

Fonte: Elaboração própria

Tabela 25 – Listagem das empresas brasileiras e respetivo setor de atividade

Empresas brasileiras	Setores de atividade
A. C. Camargo Cancer Center	Saúde
Aegea	Utilitários de Água
AES Tietê	Utilitários de Energia
AmBev	Produtos Alimentares e Bebidas
B2W Companhia Digital	Serviços Comerciais
Banco do Brasil	Serviços Financeiros
Biosev	Agricultura
BRF S.A.	Produtos Alimentares e Bebidas
BSBIOS Energia Renovável	Agricultura

CEEE-D	Energia
CEEE-GT	Energia
Celulose Irani	Produtos Florestais e de Papel
Cenibra	Produtos Florestais e de Papel
Centrais Elétricas do Pará (Celpa)	Energia
CESP	Utilitários de Energia
CHESF	Utilitários de Energia
Copagaz	Logística
Copel	Utilitários de Energia
CTG Brasil	Energia
Duratex	Produtos Florestais e de Papel
Eletróbrás Furnas	Utilitários de Energia
Embraer	Aviação
ENGIE	Energia
Fitesa	Outros
GOL	Aviação
Grupo Energisa	Energia
Instituto da Oportunidade Social	Serviços / Sem Fins Lucrativos
Itaipu Binacional	Energia
Light	Utilitários de Energia
Lojas Renner	Têxteis e Vestuário
Neoenergia	Energia
Nexa Resources	Mineração
Ocyan	Outros
OuroFino Saúde Animal	Saúde
Petrobras	Energia
Racional Engenharia	Construção
Rede D'OR São Luiz	Saúde
Renault Brasil	Automóveis
Sabesp	Utilitários de Água
Sanasa	Utilitários de Água
Sanofi Brasil	Saúde
São Martinho	Agricultura
SETA Engenharia	Construção
Sicredi	Serviços Financeiros
Sirio Libanes Hospital	Saúde
Sistema Fed. Ind. Estado do Paraná	Serviços / Sem Fins Lucrativos
Suzano Papel e Celulose	Produtos Florestais e de Papel
TAESA	Energia

Toyota do Brasil	Automóveis
Triunfos Participações e Invest.	Logística
Unimed Circuito das Águas	Utilitários de Água
Unimed Cuiabá	Saúde
Unimed Sorocaba	Saúde
Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo	Saúde
Vale	Mineração
Veracel	Produtos Florestais e de Papel
Volkswagen do Brasil	Automóveis
Votorantim Cimentos	Construção
Votorantim Energia	Energia
WEG	Automóveis
Wilson Sons	Logística

Fonte: Elaboração própria

Apêndice II – Recolha dos relatórios

Tabela 26 – Recolha dos relatórios

Empresas	Anos	Recolha dos Relatórios (Site Gri/Site Empresa)
Empresas Portuguesas		
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2016	GRI
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2017	GRI
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2018	SITE
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2019	SITE
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2020	SITE
Águas de Portugal	2016	SITE
Águas de Portugal	2017	GRI
Águas de Portugal	2018	SITE
Águas de Portugal	2019	SITE
Águas de Portugal	2020	SITE
Altri	2016	SITE
Altri	2017	SITE
Altri	2018	GRI
Altri	2019	SITE
Altri	2020	SITE
ANA Aeroportos	2016	SITE
ANA Aeroportos	2017	SITE
ANA Aeroportos	2018	SITE

ANA Aeroportos	2019	SITE
ANA Aeroportos	2020	SITE
APDL	2016	SITE
APDL	2017	GRI
APDL	2018	SITE
APDL	2019	SITE
APDL	2020	SITE
APS - Adm. dos Portos de Sines e do Algarve	2016	SITE
APS - Adm. dos Portos de Sines e do Algarve	2017	GRI
APS - Adm. dos Portos de Sines e do Algarve	2018	SITE
APS - Adm. dos Portos de Sines e do Algarve	2019	SITE
APS - Adm. dos Portos de Sines e do Algarve	2020	SITE
APSS	2016	SITE
APSS	2017	SITE
APSS	2018	SITE
APSS	2019	Não disponibilizado
APSS	2020	Não disponibilizado
Atlântico Europa Bank	2016	SITE
Atlântico Europa Bank	2017	SITE
Atlântico Europa Bank	2018	GRI
Atlântico Europa Bank	2019	GRI
Atlântico Europa Bank	2020	SITE
Auchan Portugal	2016	SITE
Auchan Portugal	2017	GRI
Auchan Portugal	2018	SITE
Auchan Portugal	2019	SITE
Auchan Portugal	2020	SITE
Bondalti	2016	GRI
Bondalti	2017	GRI
Bondalti	2018	GRI
Bondalti	2019	GRI
Bondalti	2020	SITE
Brisa	2016	SITE
Brisa	2017	SITE
Brisa	2018	SITE
Brisa	2019	SITE
Brisa	2020	SITE
Caixa Geral de Depósitos	2016	GRI
Caixa Geral de Depósitos	2017	GRI

Caixa Geral de Depósitos	2018	GRI
Caixa Geral de Depósitos	2019	GRI
Caixa Geral de Depósitos	2020	SITE
Carris	2016	SITE
Carris	2017	SITE
Carris	2018	SITE
Carris	2019	SITE
Carris	2020	SITE
Celbi	2016	SITE
Celbi	2017	SITE
Celbi	2018	SITE
Celbi	2019	SITE
Celbi	2020	SITE
Correios de PT - CTT	2016	GRI
CTT	2017	SITE
CTT	2018	SITE
CTT	2019	SITE
CTT	2020	SITE
Corticeira Amorim	2016	GRI
Corticeira Amorim	2017	GRI
Corticeira Amorim	2018	GRI
Corticeira Amorim	2019	SITE
Corticeira Amorim	2020	SITE
CP - Comboios de PT	2016	SITE
CP - Comboios de PT	2017	SITE
CP - Comboios de PT	2018	SITE
CP - Comboios de PT	2019	SITE
CP - Comboios de PT	2020	Não disponibilizado
Delphi Automotive	2016	GRI
Delphi Automotive	2017	SITE
Delphi Automotive	2018	GRI
Delphi Automotive	2019	SITE
Delphi Automotive	2020	Não disponibilizado
EDP	2016	GRI
EDP	2017	GRI
EDP	2018	GRI
EDP	2019	GRI
EDP	2020	SITE
EPAL	2016	SITE

EPAL	2017	GRI
EPAL	2018	SITE
EPAL	2019	SITE
EPAL	2020	SITE
Galp	2016	GRI
Galp	2017	SITE
Galp	2018	GRI
Galp	2019	SITE
Galp	2020	SITE
Gestamp Aveiro	2016	SITE
Gestamp Aveiro	2017	GRI
Gestamp Aveiro	2018	SITE
Gestamp Aveiro	2019	SITE
Gestamp Aveiro	2020	SITE
Hovione	2016	SITE
Hovione	2017	GRI
Hovione	2018	GRI
Hovione	2019	SITE
Hovione	2020	SITE
Huf Portuguesa	2016	SITE
Huf Portuguesa	2017	GRI
Huf Portuguesa	2018	SITE
Huf Portuguesa	2019	SITE
Huf Portuguesa	2020	SITE
INCM	2016	SITE
INCM	2017	GRI
INCM	2018	GRI
INCM	2019	GRI
INCM	2020	SITE
Jerónimo Martins	2016	GRI
Jerónimo Martins	2017	GRI
Jerónimo Martins	2018	SITE
Jerónimo Martins	2019	SITE
Jerónimo Martins	2020	SITE
José de Mello Saúde	2016	SITE
José de Mello Saúde	2017	SITE
José de Mello Saúde	2018	SITE
José de Mello Saúde	2019	SITE
José de Mello Saúde	2020	SITE

Lidl Portugal	2016	SITE
Lidl Portugal	2017	SITE
Lidl Portugal	2018	GRI
Lidl Portugal	2019	SITE
Lidl Portugal	2020	SITE
Lipor	2016	GRI
Lipor	2017	SITE
Lipor	2018	SITE
Lipor	2019	SITE
Lipor	2020	SITE
Logoplaste	2016	SITE
Logoplaste	2017	SITE
Logoplaste	2018	SITE
Logoplaste	2019	GRI
Logoplaste	2020	SITE
Luís Simões	2016	GRI
Luís Simões	2017	SITE
Luís Simões	2018	GRI
Luís Simões	2019	GRI
Luís Simões	2020	Não disponibilizado
Metro do Porto	2016	SITE
Metro do Porto	2017	SITE
Metro do Porto	2018	SITE
Metro do Porto	2019	SITE
Metro do Porto	2020	SITE
Metro de Lisboa	2016	SITE
Metro de Lisboa	2017	SITE
Metro de Lisboa	2018	SITE
Metro de Lisboa	2019	SITE
Metro de Lisboa	2020	SITE
Millennium BCP	2016	GRI
Millennium BCP	2017	GRI
Millennium BCP	2018	GRI
Millennium BCP	2019	SITE
Millennium BCP	2020	SITE
Mota-Engil SGPS	2016	GRI
Mota-Engil SGPS	2017	GRI
Mota-Engil SGPS	2018	SITE
Mota-Engil SGPS	2019	SITE

Mota-Engil SGPS	2020	SITE
Nestlé Portugal	2016	SITE
Nestlé Portugal	2017	SITE
Nestlé Portugal	2018	SITE
Nestlé Portugal	2019	SITE
Nestlé Portugal	2020	SITE
NOS	2016	GRI
NOS	2017	GRI
NOS	2018	GRI
NOS	2019	SITE
NOS	2020	SITE
Novo Banco	2016	GRI
Novo Banco	2017	SITE
Novo Banco	2018	GRI
Novo Banco	2019	SITE
Novo Banco	2020	SITE
REN	2016	GRI
REN	2017	SITE
REN	2018	SITE
REN	2019	SITE
REN	2020	SITE
Resíduos do Nordeste	2016	SITE
Resíduos do Nordeste	2017	GRI
Resíduos do Nordeste	2018	SITE
Resíduos do Nordeste	2019	SITE
Resíduos do Nordeste	2020	SITE
RTP - Rádio e Televisão de Portugal	2016	SITE
RTP - Rádio e Televisão de Portugal	2017	SITE
RTP - Rádio e Televisão de Portugal	2018	SITE
RTP - Rádio e Televisão de Portugal	2019	SITE
RTP - Rádio e Televisão de Portugal	2020	SITE
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2016	GRI
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2017	GRI
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2018	GRI
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2019	SITE
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2020	SITE
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2016	SITE
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2017	SITE
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2018	GRI

Santa Casa da Misericórdia do Porto	2019	GRI
Santa Casa da Misericórdia do Porto	2020	SITE
Santander Totta	2016	GRI
Santander Totta	2017	SITE
Santander Totta	2018	SITE
Santander Totta	2019	SITE
Santander Totta	2020	SITE
Secil	2016	SITE
Secil	2017	SITE
Secil	2018	SITE
Secil	2019	SITE
Secil	2020	SITE
Simarsul	2016	SITE
Simarsul	2017	SITE
Simarsul	2018	SITE
Simarsul	2019	SITE
Simarsul	2020	SITE
Sonae	2016	GRI
Sonae	2017	GRI
Sonae	2018	SITE
Sonae	2019	SITE
Sonae	2020	SITE
Sonae Indústria	2016	GRI
Sonae Indústria	2017	GRI
Sonae Indústria	2018	SITE
Sonae Indústria	2019	SITE
Sonae Indústria	2020	SITE
Sonae Sierra	2016	GRI
Sonae Sierra	2017	GRI
Sonae Sierra	2018	GRI
Sonae Sierra	2019	GRI
Sonae Sierra	2020	SITE
Sovena	2016	SITE
Sovena	2017	SITE
Sovena	2018	SITE
Sovena	2019	SITE
Sovena	2020	SITE
Sumol + Compal	2016	SITE
Sumol + Compal	2017	GRI

Sumol + Compal	2018	SITE
Sumol + Compal	2019	SITE
Sumol + Compal	2020	Não disponibilizado
TAP Group	2016	SITE
TAP Group	2017	SITE
TAP Group	2018	SITE
TAP Group	2019	SITE
TAP Group	2020	SITE
Teixeira Duarte	2016	SITE
Teixeira Duarte	2017	SITE
Teixeira Duarte	2018	SITE
Teixeira Duarte	2019	SITE
Teixeira Duarte	2020	SITE
The Navigator Company	2016	GRI
The Navigator Company	2017	GRI
The Navigator Company	2018	SITE
The Navigator Company	2019	SITE
The Navigator Company	2020	SITE
TMG Automotive	2016	SITE
TMG Automotive	2017	SITE
TMG Automotive	2018	GRI
TMG Automotive	2019	GRI
TMG Automotive	2020	Não disponibilizado
Tratolixo	2016	GRI
Tratolixo	2017	GRI
Tratolixo	2018	GRI
Tratolixo	2019	SITE
Tratolixo	2020	SITE
Trivalor	2016	SITE
Trivalor	2017	GRI
Trivalor	2018	SITE
Trivalor	2019	SITE
Trivalor	2020	SITE
Unicer	2016	SITE
Unicer	2017	SITE
Unicer	2018	SITE
Unicer	2019	SITE
Unicer	2020	SITE
Vodafone	2016	SITE

Vodafone	2017	GRI
Vodafone	2018	SITE
Vodafone	2019	SITE
Vodafone	2020	SITE
Empresas Brasileiras		
A. C. Camargo Cancer Center	2016	GRI
A. C. Camargo Cancer Center	2017	GRI
A. C. Camargo Cancer Center	2018	GRI
A. C. Camargo Cancer Center	2019	GRI
A. C. Camargo Cancer Center	2020	SITE
Aegea	2016	GRI
Aegea	2017	GRI
Aegea	2018	GRI
Aegea	2019	SITE
Aegea	2020	SITE
AES Tietê	2016	GRI
AES Tietê	2017	GRI
AES Tietê	2018	GRI
AES Tietê	2019	SITE
AES Tietê	2020	SITE
AmBev	2016	GRI
AmBev	2017	GRI
AmBev	2018	GRI
AmBev	2019	GRI
AmBev	2020	SITE
B2W Companhia Digital	2016	GRI
B2W Companhia Digital	2017	GRI
B2W Companhia Digital	2018	GRI
B2W Companhia Digital	2019	GRI
B2W Companhia Digital	2020	Não disponibilizado
Banco do Brasil	2016	GRI
Banco do Brasil	2017	GRI
Banco do Brasil	2018	GRI
Banco do Brasil	2019	GRI
Banco do Brasil	2020	SITE
Biosev	2016	GRI
Biosev	2017	GRI
Biosev	2018	GRI
Biosev	2019	SITE

Biosev	2020	SITE
BRF S.A.	2016	GRI
BRF S.A.	2017	GRI
BRF S.A.	2018	GRI
BRF S.A.	2019	GRI
BRF S.A.	2020	SITE
BSBIOS Energia Renovável	2016	SITE
BSBIOS Energia Renovável	2017	GRI
BSBIOS Energia Renovável	2018	GRI
BSBIOS Energia Renovável	2019	GRI
BSBIOS Energia Renovável	2020	SITE
CEEE-D	2016	GRI
CEEE-D	2017	GRI
CEEE-D	2018	GRI
CEEE-D	2019	SITE
CEEE-D	2020	SITE
CEEE-GT	2016	GRI
CEEE-GT	2017	GRI
CEEE-GT	2018	GRI
CEEE-GT	2019	SITE
CEEE-GT	2020	SITE
Celulose Irani	2016	GRI
Celulose Irani	2017	GRI
Celulose Irani	2018	GRI
Celulose Irani	2019	SITE
Celulose Irani	2020	SITE
Cenibra	2016	GRI
Cenibra	2017	GRI
Cenibra	2018	GRI
Cenibra	2019	SITE
Cenibra	2020	SITE
Centrais Elétricas do Pará (Celpa)	2016	GRI
Centrais Elétricas do Pará (Celpa)	2017	GRI
Centrais Elétricas do Pará (Celpa)	2018	GRI
Centrais Elétricas do Pará (Celpa)	2019	Não disponibilizado
Centrais Elétricas do Pará (Celpa)	2020	Não disponibilizado
CESP	2016	GRI
CESP	2017	GRI
CESP	2018	GRI

CESP	2019	SITE
CESP	2020	SITE
CHESF	2016	GRI
CHESF	2017	GRI
CHESF	2018	GRI
CHESF	2019	SITE
CHESF	2020	SITE
Copagaz	2016	GRI
Copagaz	2017	SITE
Copagaz	2018	GRI
Copagaz	2019	GRI
Copagaz	2020	SITE
Copel	2016	GRI
Copel	2017	GRI
Copel	2018	GRI
Copel	2019	GRI
Copel	2020	SITE
CTG Brasil	2016	SITE
CTG Brasil	2017	GRI
CTG Brasil	2018	GRI
CTG Brasil	2019	GRI
CTG Brasil	2020	SITE
Duratex	2016	GRI
Duratex	2017	GRI
Duratex	2018	SITE
Duratex	2019	GRI
Duratex	2020	SITE
Eletróbrás	2016	GRI
Eletróbrás	2017	GRI
Eletróbrás	2018	GRI
Eletróbrás	2019	GRI
Eletróbrás	2020	SITE
Embraer	2016	GRI
Embraer	2017	GRI
Embraer	2018	GRI
Embraer	2019	Não disponibilizado
Embraer	2020	Não disponibilizado
ENGIE	2016	GRI
ENGIE	2017	GRI

ENGIE	2018	GRI
ENGIE	2019	GRI
ENGIE	2020	SITE
Fitesa	2016	GRI
Fitesa	2017	GRI
Fitesa	2018	GRI
Fitesa	2019	GRI
Fitesa	2020	SITE
GOL	2016	GRI
GOL	2017	GRI
GOL	2018	GRI
GOL	2019	SITE
GOL	2020	Não disponibilizado
Grupo Energisa	2016	GRI
Grupo Energisa	2017	GRI
Grupo Energisa	2018	GRI
Grupo Energisa	2019	SITE
Grupo Energisa	2020	SITE
Instituto da Oportunidade Social	2016	GRI
Instituto da Oportunidade Social	2017	GRI
Instituto da Oportunidade Social	2018	GRI
Instituto da Oportunidade Social	2019	GRI
Instituto da Oportunidade Social	2020	Não disponibilizado
Itaipu Binacional	2016	GRI
Itaipu Binacional	2017	GRI
Itaipu Binacional	2018	GRI
Itaipu Binacional	2019	SITE
Itaipu Binacional	2020	SITE
Light	2016	GRI
Light	2017	GRI
Light	2018	GRI
Light	2019	SITE
Light	2020	SITE
Lojas Renner	2016	GRI
Lojas Renner	2017	GRI
Lojas Renner	2018	GRI
Lojas Renner	2019	GRI
Lojas Renner	2020	SITE
Neoenergia	2016	GRI

Neoenergia	2017	GRI
Neoenergia	2018	GRI
Neoenergia	2019	GRI
Neoenergia	2020	SITE
Nexa Resources	2016	SITE
Nexa Resources	2017	SITE
Nexa Resources	2018	GRI
Nexa Resources	2019	GRI
Nexa Resources	2020	SITE
Ocyan	2016	GRI
Ocyan	2017	GRI
Ocyan	2018	GRI
Ocyan	2019	GRI
Ocyan	2020	SITE
OuroFino Saúde Animal	2016	GRI
OuroFino Saúde Animal	2017	GRI
OuroFino Saúde Animal	2018	GRI
OuroFino Saúde Animal	2019	SITE
OuroFino Saúde Animal	2020	SITE
Petrobras	2016	GRI
Petrobras	2017	SITE
Petrobras	2018	GRI
Petrobras	2019	SITE
Petrobras	2020	SITE
Racional Engenharia	2016	GRI
Racional Engenharia	2017	GRI
Racional Engenharia	2018	GRI
Racional Engenharia	2019	SITE
Racional Engenharia	2020	SITE
Rede D'OR São Luiz	2016	SITE
Rede D'OR São Luiz	2017	GRI
Rede D'OR São Luiz	2018	GRI
Rede D'OR São Luiz	2019	SITE
Rede D'OR São Luiz	2020	SITE
Renault Brasil	2016	GRI
Renault Brasil	2017	GRI
Renault Brasil	2018	GRI
Renault Brasil	2019	SITE
Renault Brasil	2020	SITE

Sabesp	2016	GRI
Sabesp	2017	GRI
Sabesp	2018	GRI
Sabesp	2019	GRI
Sabesp	2020	SITE
Sanasa	2016	GRI
Sanasa	2017	SITE
Sanasa	2018	GRI
Sanasa	2019	SITE
Sanasa	2020	Não disponibilizado
Sanofi Brasil	2016	GRI
Sanofi Brasil	2017	GRI
Sanofi Brasil	2018	SITE
Sanofi Brasil	2019	SITE
Sanofi Brasil	2020	Não disponibilizado
São Martinho	2016	GRI
São Martinho	2017	GRI
São Martinho	2018	GRI
São Martinho	2019	SITE
São Martinho	2020	SITE
SETA Engenharia	2016	SITE
SETA Engenharia	2017	GRI
SETA Engenharia	2018	GRI
SETA Engenharia	2019	SITE
SETA Engenharia	2020	SITE
Sicredi	2016	GRI
Sicredi	2017	GRI
Sicredi	2018	GRI
Sicredi	2019	GRI
Sicredi	2020	SITE
Sírio Libanes Hospital	2016	GRI
Sírio Libanes Hospital	2017	GRI
Sírio Libanes Hospital	2018	GRI
Sírio Libanes Hospital	2019	GRI
Sírio Libanes Hospital	2020	Não disponibilizado
Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná	2016	GRI
Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná	2017	GRI
Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná	2018	GRI
Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná	2019	GRI

Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná	2020	SITE
Suzano Papel e Celulose	2016	GRI
Suzano Papel e Celulose	2017	GRI
Suzano Papel e Celulose	2018	GRI
Suzano Papel e Celulose	2019	GRI
Suzano Papel e Celulose	2020	SITE
TAESA	2016	GRI
TAESA	2017	SITE
TAESA	2018	GRI
TAESA	2019	SITE
TAESA	2020	SITE
Toyota do Brasil	2016	GRI
Toyota do Brasil	2017	SITE
Toyota do Brasil	2018	GRI
Toyota do Brasil	2019	SITE
Toyota do Brasil	2020	Não disponibilizado
Triunfos Participações e Investimentos	2016	GRI
Triunfos Participações e Investimentos	2017	GRI
Triunfos Participações e Investimentos	2018	GRI
Triunfos Participações e Investimentos	2019	SITE
Triunfos Participações e Investimentos	2020	SITE
Unimed Circuito das Águas	2016	GRI
Unimed Circuito das Águas	2017	SITE
Unimed Circuito das Águas	2018	GRI
Unimed Circuito das Águas	2019	SITE
Unimed Circuito das Águas	2020	Não disponibilizado
Unimed Cuiabá	2016	GRI
Unimed Cuiabá	2017	GRI
Unimed Cuiabá	2018	GRI
Unimed Cuiabá	2019	GRI
Unimed Cuiabá	2020	SITE
Unimed Sorocaba	2016	GRI
Unimed Sorocaba	2017	GRI
Unimed Sorocaba	2018	GRI
Unimed Sorocaba	2019	GRI
Unimed Sorocaba	2020	Não disponibilizado
Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo	2016	GRI
Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo	2017	GRI
Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo	2018	GRI

Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo	2019	GRI
Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo	2020	SITE
Vale	2016	GRI
Vale	2017	GRI
Vale	2018	GRI
Vale	2019	GRI
Vale	2020	SITE
Veracel	2016	GRI
Veracel	2017	GRI
Veracel	2018	SITE
Veracel	2019	SITE
Veracel	2020	SITE
Volkswagen do Brasil	2016	SITE
Volkswagen do Brasil	2017	GRI
Volkswagen do Brasil	2018	GRI
Volkswagen do Brasil	2019	SITE
Volkswagen do Brasil	2020	Não disponibilizado
Votorantim Cimentos	2016	GRI
Votorantim Cimentos	2017	GRI
Votorantim Cimentos	2018	GRI
Votorantim Cimentos	2019	GRI
Votorantim Cimentos	2020	SITE
Votorantim Energia	2016	SITE
Votorantim Energia	2017	GRI
Votorantim Energia	2018	GRI
Votorantim Energia	2019	SITE
Votorantim Energia	2020	SITE
WEG	2016	GRI
WEG	2017	SITE
WEG	2018	GRI
WEG	2019	SITE
WEG	2020	SITE
Wilson Sons	2016	GRI
Wilson Sons	2017	SITE
Wilson Sons	2018	GRI
Wilson Sons	2019	SITE
Wilson Sons	2020	SITE

Fonte: Elaboração própria